



PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2008-2013

REDESOCIAL



SEGURANÇA SOCIAL

Índice	Pág.
Nota Introdutória	4
Sumário Executivo	7
Resultados e aprendizagens	9
PARTE 1 - TERRITÓRIO	14
1.1. Tendências Demográficas	15
1.2. Protecção Social	17
1.3. Equipamentos Sociais	21
1.4. Educação	23
1.5. Contexto Económico	29
1.6. Mercado de trabalho	32
1.7. Desemprego	34
1.8. Saúde	36
1.9. Habitação e habitação social	37
1.10. Deficiência	39
1.11. Crianças e Jovens em Risco	40
1.12. Toxicodependência e alcoolismo	41
1.13. Tipificação das situações de exclusão em Portugal: Esposende no contexto nacional	42
PARTE 2 – ESTRATÉGIA/Convergência com os Planos Nacionais, Regionais e Transnacionais	45
1. Coesão social	50
1.1. Crianças e Jovens	50
1.2. Pessoas Idosas	52
1.3. Habitação	53
1.4. Precariedade Económica	54
1.5. Deficiência	55
1.6. Precariedade de Competências	56
1.7. Igualdade de género	57
1.8. Toxicodependência e Alcoolismo	57
1.9. Doença mental	57
2. Educação, Formação, Qualificação e Emprego	58
2.1. Educação e formação	58
2.2. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	60
2.3. Qualificação e Emprego	60
3. Governação e capacitação institucional	61
3.1. Governação e Capacitação Institucional	61
3.2. Sociedade de Informação	61
3.3. Desenvolvimento Urbano e Regional	63
PARTE 3 - PLANIFICAÇÃO	64
1. Plano de Desenvolvimento Social - Um Projecto Estruturante	64
2. Fundamentação do Projecto	67
3. Planeamento Estratégico	71
Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros	83
Monitorização, Acompanhamento e Avaliação	87
Divulgação do Plano de Desenvolvimento Social	94
Anexos	95
Metodologia	96
Sistema de monitorização e avaliação – Painel de Indicadores	98
Fontes Bibliográficas	102

Lista de Siglas

CAT	Centro de Atendimento a Toxicodependentes
CLAS	Conselho Local de Acção Social de Esposende
CNO	Centro Novas Oportunidades
CRA	Centros Regionais de Alcoologia
CRVCC	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
CSIF	Comissão Social Inter Freguesias
DGS	Direcção-Geral da Saúde
DS	Diagnóstico Social
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
IDT	Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
MAI	Ministério da Administração Interna
MAOTDR	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Educação
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
MF	Ministério das Finanças e Administração Pública
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS	Ministério da Saúde
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PAIPDI	Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade
PCHCC	Programas de apoio à Construção de Habitação a Custos Controlados
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PNAI	Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNE	Plano Nacional de Emprego
PNI	Plano Nacional para a Igualdade
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNS	Plano Nacional de Saúde
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
PT	Plano Tecnológico
RS	Rede Social
RSI	Rendimento Social de Inserção
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UE	União Europeia
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Activa

Nota Introdutória

A Câmara Municipal de Esposende promoveu a implementação da Rede Social no concelho de Esposende com o objectivo de implementar, a nível concelhio, práticas articuladas de trabalho entre as várias instituições locais, na medida em que os níveis de eficiência e de eficácia das intervenções são substancialmente melhorados com o planeamento das intervenções e a congregação de esforços no combate a fenómenos de pobreza e exclusão social. Com a implementação deste programa pretende-se promover a articulação de esforços entre as entidades com intervenção social a nível local para o estudo dos problemas e das respectivas soluções, a rentabilização das respostas e equipamentos existentes, a complementaridade das várias políticas, a articulação de experiências, esforços, recursos e a integração de projectos de diferentes parceiros locais.

A Rede Social deverá consolidar-se como um efectivo instrumento de desenvolvimento local, assente em acções integradas, envolvendo as várias entidades locais parceiras e, integradoras, apelando à participação dos próprios destinatários das acções, ao mesmo tempo que deve articular as várias entidades locais numa parceria dinâmica, onde imperam os mesmos objectivos, numa lógica de complementaridade.

Partindo dos princípios orientadores da Rede Social, a Autarquia promoveu a dinamização e consolidação de parcerias locais no terreno, entre instituições, associações, serviços públicos e privados para se conseguir uma actuação eficaz e articulada, unindo esforços, vontades, recursos, experiências e saberes.

Iniciado o processo de implementação da Rede Social a 8 de Maio de 2002, com a constituição do Conselho Local de Acção Social de Esposende (CLAS), a aprovação do seu Regulamento Interno e a constituição do Núcleo Executivo, as entidades do CLAS foram mobilizadas para a construção de um Diagnóstico Social, amplamente participado, que foi aprovado por unanimidade do CLAS a 6 de Novembro de 2003. O Diagnóstico desenvolveu-se numa lógica de interpretação das causas dos problemas com vista à definição de estratégias de intervenção. Na sequência da elaboração do Diagnóstico Social, os parceiros foram mobilizados para a construção do Plano de Desenvolvimento Social, que foi aprovado em plenário do CLAS a 22 de Maio de 2004.

O Plano de Desenvolvimento Social vigorou entre Junho de 2004 e Dezembro de 2005 e em 2006 foi efectuado o Relatório de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social e do funcionamento das Comissões Sociais Inter Freguesias Esposende Norte e Esposende Sul.

Da análise aos Relatórios de Avaliação deste processo resulta que a implementação da Rede Social tem sido marcada por alguns avanços e recuos, no entanto, tem demonstrado que trabalhando de forma planeada, as intervenções têm melhores resultados junto dos que delas beneficiam, os cidadãos.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 115 de 2006, de 14 de Junho, foi elaborada a proposta de alteração do Regulamento Interno do Conselho Local de Acção Social, aprovada em plenário

a 6 de Julho de 2007 e foram realizadas eleições nas Comissões Sociais Inter Freguesias para a eleição dos Presidentes dessas estruturas e dos coordenadores dos grupos de trabalho.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, em consonância com os artigos 36º, 37º e 41º do Decreto-Lei nº115 de 2006 e o artigo 20º do Regulamento Interno, foi operacionalmente coordenado pelo Núcleo Executivo e contou, em diversos momentos, com a participação dos parceiros do CLAS, mobilizados em torno dos problemas específicos do concelho.

Com base no manancial de experiência local de trabalho em rede, o Plano de Desenvolvimento Social de Esposende, projectado para o período 2008-2013, pretende definir estratégias para o desenvolvimento local, retratando e projectando uma situação social que se quer atingir, numa perspectiva de planeamento participado e integrando medidas e políticas definidas a vários níveis da administração pública, encontrar soluções inovadoras, mobilizar e racionalizar os recursos locais. O Plano deverá reflectir ainda, o compromisso das instituições parceiras, identificar os grandes projectos estruturantes para se promover no terreno, onde se define as regras e procedimentos para a intervenção concertada em parceria.

Esposende tem reforçado a participação no planeamento da intervenção social, assim como na construção de vontades colectivas, que sustentam as decisões concertadas e a mobilização dos recursos. Neste sentido, a Rede Social, constituída por todos os parceiros sociais, tem por finalidade combater algumas das necessidades sociais do concelho e é através da participação de todos, da iniciativa e responsabilização que se desenvolverão as possíveis soluções.

A implementação do PDS coloca, assim, o desafio de sustentar a dinâmica institucional construída na fase de planeamento. Os parceiros participaram activamente neste processo, tendo implicação na disponibilização e gestão de recursos para a execução do Plano.

O PDS vem desenhar a situação da realidade social a que pretendemos chegar, estrutura-se assim pelas seguintes partes:

Notas introdutórias

Sumário Executivo

Resultados e aprendizagens

Parte 1 - Território

Para contextualizar a intervenção com base no Diagnóstico Social Concelhio, torna-se necessário actualizar os indicadores do diagnóstico social do território. Neste sentido, a actualização da referida informação está estruturada segundo os domínios das problemáticas focadas no diagnóstico do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, documento de referência nacional na definição de estratégias de intervenção do domínio social.

Parte 2 – Estratégia

O PDS deve integrar orientações desde as iniciativas comunitárias a outros programas a nível nacional, regional e local com vista atingir acções devidamente integradas para o desenvolvimento local.

Pretende-se que a intervenção territorial com o PDS de Esposende seja uma intervenção integrada, a vários níveis, através da articulação com as propostas nos planos a nível nacional e regional, assim como da articulação com as intervenções concelhias para que a acção seja cada vez mais concertada.

Parte 3 - Planificação

Nesta parte do PDS organizam-se as acções desenvolvidas no âmbito de cada eixo, acções essenciais para o funcionamento e operacionalização das intervenções futuras.

Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros

O Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros prevê os mecanismos e a metodologia de articulação para a operacionalização da parceria inerente ao PDS.

Monitorização, Acompanhamento e Avaliação

Todo o processo de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social deverá ser acompanhado e monitorizado.

Divulgação do Plano de Desenvolvimento Social

Será considerado neste capítulo, o Plano de Divulgação do Plano de Desenvolvimento Social.

Sumário Executivo

A implementação da Rede Social, com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97 de 18 de Novembro, vem permitir pôr em prática e enquadrar o conceito de efectiva parceria, sustentada em objectivos estratégicos comuns para os territórios.

Este desafio agora reforçado com a publicação do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, veio convergir na cultura de parceria do Concelho de Esposende, que conta já com uma longa história. A Rede Social entendida como uma medida de política social, tem dois objectivos fundamentais:

- combate à pobreza e à exclusão social
- promoção do desenvolvimento social local

e orienta-se por princípios pré-definidos no Decreto-Lei, que são: a subsidiariedade a integração, a articulação, a participação, a inovação e a igualdade de género.

O Plano de Desenvolvimento Social 2004-2005, suportado no Diagnóstico Social de 2003, revelou-se um instrumento de importância reconhecida na dinamização do trabalho em parceria para a concretização de diversos resultados. Neste sentido, a Rede Social permitiu um aumento do inter-relacionamento entre organizações e agentes, gerando uma forte mobilização territorial dos actores em torno de problemas e acções concretas.

Para uma intervenção em rede mais consolidada é essencial continuar a promover uma cultura organizacional de cidadania e a introdução de processos de desenvolvimento estratégico nas organizações. Estas deverão estar orientadas para a capacitação dos serviços como meios para a produção de resultados, estrategicamente articulados com as estratégias nacionais.

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento para 2008-2013 articula-se com os diversos programas nacionais, com suas metas e objectivos. Os objectivos estratégicos do Plano articulam-se com metas nacionais inscritas em diversos documentos, entre os quais:

- Iniciativa “Novas Oportunidades” (2006-2010);
- Plano Nacional de Emprego 2005-2008 (PNE);
- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (PNS);
- Programa Educação e Formação 2010;
- Programa Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI);
- Plano Nacional Para a Igualdade (PNI);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para o Portugal 2025 (PNPOT);
- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS);
- Plano Tecnológico;
- Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI).

O conjunto dos objectivos estratégicos agrega e orienta para impactos territoriais as intervenções dos diversos departamentos e serviços públicos, autarquias locais, entidades privadas, parcerias, projectos e comissões existentes no concelho.

O princípio da participação orientou a metodologia de concepção, tendo envolvido a realização de seis workshops com os parceiros locais com intervenção directa na área da acção social e uma reunião com os dirigentes das instituições envolvidas. Estes workshops foram geridos por um consultor, tendo-se utilizado técnicas de visualização, espaços de discussão e reflexão, com vista à elaboração e validação de propostas, utilizando sempre grelhas comuns a todos os grupos. Aos diferentes níveis foram definidos, nos vários workshops, os objectivos estratégicos de intervenção para combater os problemas identificados, e os factores determinantes dos mesmos problemas.

Com base nos resultados de cada um dos workshops, e particularmente a partir das grelhas que cruzam os problemas com os respectivos factores determinantes, associados em categorias, mais tarde identificadas como eixos estratégicos. Esta metodologia implicou um trabalho de análise e síntese da informação produzida. Simultaneamente conduziu a uma integração dinâmica dos conteúdos, potenciando mais-valias, obtendo um todo coerente, do qual foi possível projectar eixos estratégicos de intervenção.

Assim, resultaram os seguintes eixos estratégicos de intervenção:

Eixo I - Intervenção Familiar Integrada;

Eixo II - Empregabilidade;

Eixo III - Capacitação Institucional;

Eixo IV - Serviços de Apoio à Família;

Eixo V - Centro de Recursos.

Da análise de todos instrumentos produzidos neste processo, concluímos que o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho - PDS - estrutura-se sobre 5 eixos estratégicos de intervenção e objectivos de impacte. Assim, à luz deste Plano, deverão ser equacionadas as actuais e futuras intervenções, bem como o papel a assumir pelo CLAS e pelo Núcleo Executivo na sua implementação.

Para sustentar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social foi elaborado um Diagnóstico estratégico e prospectivo, com a actualização estatística de dados referentes a determinados indicadores de base, estruturado em função de áreas problemáticas focadas no Diagnóstico do Programa Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008.

Resultados e aprendizagens

O actual Plano de Desenvolvimento Social tem por antecedentes o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social, os Relatórios de Avaliação da execução do Plano de Desenvolvimento Social e da implementação e funcionamento das Comissões Sociais Inter Freguesias Esposende Norte e Esposende Sul. A actualização do conhecimento e informação deve ter por ponto de partida a avaliação territorial decorrente da acção dos anteriores instrumentos de planeamento concelhio.

O Plano de Desenvolvimento Social para o período 2004-2005 (com a duração de 19 meses, compreendido entre Junho de 2004 e Dezembro de 2005) estruturou-se em quatro eixos estratégicos de intervenção, correspondentes a quatro prioridades concelhias:

- Promover a coordenação, complementaridade e a articulação interinstitucional no domínio da acção social.
- Complementar as respostas existentes para melhorar a intervenção junto da população consumidora de substâncias nocivas e da população em risco.
- Melhorar a qualificação profissional da população activa.
- Melhorar o acesso à habitação e melhorar as condições das habitações degradadas.

Da avaliação do PDS foi possível evidenciar alguns resultados alcançados em torno das principais prioridades.

Na prioridade de melhorar a qualificação profissional da população activa, a estratégia era sensibilizar os empresários para a importância da formação profissional, coligar as entidades formadoras e promotoras de formação para a elaboração de diagnósticos das necessidades formativas, para promover a articulação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho e, estabelecer protocolos entre as entidades parceiras do Conselho Local de Acção Social e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Foram alcançados os seguintes resultados:

- o estabelecimento de um Protocolo de colaboração entre a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende e a Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos, no âmbito do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que compreendeu 49 pessoas certificadas através do processo de reconhecimento e validação de saberes e competências adquiridos ao longo da vida.
- Estabelecimento de um Protocolo de colaboração entre a Escola Profissional de Esposende e a Escola Tecnológica, Artística e Profissional do Vale do Minho, no âmbito do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, com 7 pessoas certificadas.
- Realização do Fórum “Potenciar Recursos para o Desenvolvimento Económico e Social de Esposende”, com 120 participantes.

- Realização do Seminário “Apresentação dos Incentivos à Formação e ao Emprego”, com 209 participantes.
- Elaboração do Plano de Formação Concelhio.
- Realização uma “Jornada de Trabalho” sobre Formação, com a participação de 14 entidades parceiras da Rede Social.
- Divulgação/apoio na organização de 2 acções de formação promovidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (Centro de Formação Profissional de Viana do Castelo), para 51 formandos.
- Aprovação da candidatura da Zendensino/Escola Profissional de Esposende ao Curso de Empregado de Mesa Tipo 2, no âmbito dos Cursos de Educação e Formação, para 13 formandos.

Pontos fracos/acções não concretizadas: fraca adesão dos empresários às iniciativas realizadas, para a promoção da formação profissional, divulgação dos apoios à contratação e das medidas e sistemas de incentivos à modernização da economia. Dificuldade em mobilizar as instituições do ensino regular para apresentar candidatura aos cursos de Educação e Formação.

Em resultado do dinamismo empreendido nesta área resultou a criação do Centro Novas Oportunidades – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), da Zendensino Cooperativa de Ensino IPRL, e a criação de uma UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa), promovida pela Câmara Municipal de Esposende em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Na prioridade complementar as respostas existentes para melhorar a intervenção junto da população consumidora de substâncias nocivas e da população em risco, a estratégia definida foi o estabelecimento de Protocolos de Cooperação entre instituições de Saúde e os Projectos que intervêm nesta área (consumos nocivos) para a criação de um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho. Foram concretizadas as acções de recolha da legislação sobre os apoios existentes para a implementação de um serviço de tratamento de desintoxicação e de divulgação dos Projectos existentes a nível local: Projecto “Crescer A Brincar - Investir nas Gerações”, Comunidade de Inserção Social de Esposende, Zona Jovem - Serviço de Atendimento a Jovens e o Psijovem – Gabinete de Apoio ao Jovem.

Pontos fracos/acções não concretizadas: não concretização do objectivo da criação de um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho, por falta de recursos.

No âmbito da prioridade de melhorar o acesso à habitação e as condições das habitações degradadas, os parceiros locais definiram a seguinte estratégia: identificar as famílias com necessidades habitacionais, recensear os recursos habitacionais e captar programas a nível da habitação para responder às necessidades identificadas na área da habitação. Foram alcançados os seguintes resultados: levantamento das famílias com necessidades habitacionais (66 famílias); construção de habitações

sociais, para o realojamento de 12 agregados familiares: 8 na freguesia de Apúlia e 4 na freguesia de Vila Chã. Foi estabelecido o acordo de colaboração entre o município e o Instituto Nacional de Habitação, no âmbito do Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA).

Pontos fracos/acções não concretizadas: não concretização da acção de identificação de fogos devolutos.

No eixo estratégico para promover a coordenação, complementaridade e a articulação interinstitucional no domínio da acção social foram definidas as estratégias de constituição e funcionamento das quatro Comissões Sociais Inter Freguesias, acompanhadas da implementação de um sistema de comunicação e informação entre essas estruturas e o Conselho Local de Acção Social.

Para a consecução dos objectivos foram constituídas a Comissão Sociais Inter Freguesias Esposende Norte (13 entidades) e a Comissão Social Inter Freguesias Esposende Sul (21 entidades), foi implementado o Serviço de Atendimento Descentralizado nas duas Comissões (embora a CSIF Esposende Norte já estivesse coberta por esse serviço) e realizada uma acção de formação para Qualificadores (16 participantes envolvidos).

Pontos fracos/acções não concretizadas: não concretização da montagem do sistema de comunicação/informação, pouca participação de alguns parceiros (ausência/desinteresse de algumas entidades) e insuficiente iniciativa por parte das entidades envolvidas.

Da elaboração do Relatório de análise da execução do Plano de Desenvolvimento Social, resultaram as seguintes conclusões.

Pontos fortes do Programa da Rede Social: aproximação dos utentes aos serviços, partilha de informação entre as diversas entidades, co-responsabilização das entidades pelas situações-problema da comunidade, conhecimento directo dos problemas. O território fornece a escala adequada, quer para conhecer de forma efectiva a realidade sobre a qual se pretende intervir, quer para desenhar programas, projectos, estratégias ou modelos de intervenção intersectoriais.

Pontos fracos: existência de algum cepticismo por parte de técnicos e dirigentes relativamente à utilidade da Rede Social e das estruturas constituídas no âmbito deste programa, nomeadamente no que respeita à necessidade e capacidade de operacionalização da parceria. Dificuldade dos serviços cruzarem os seus Projectos de Intervenção, dificuldade acrescida quando há necessidade de cruzar com a Rede Social. Existência de uma cultura intrainstitucional e interinstitucional muito fechada. Outra dificuldade diagnosticada prende-se com a falta de recursos para operacionalizar o PDS. Estas dificuldades estão de alguma forma espelhadas no Relatório de Avaliação Nacional do Programa da Rede Social, nomeadamente quando refere que «a inadequação à cultura organizacional dominante é a maior fragilidade que os agentes locais identificam no Programa da Rede Social. Questões como o auto-centramento e isolamento de parte significativa das instituições e entidades locais, a pouca motivação

e/ou recusa (latente ou manifesta) de alguns dirigentes (públicos e privados) para acederem à promoção de processos de partilha da tomada de decisão, a indisponibilidade de alguns dirigentes (públicos e privados) para se implicarem directamente nas estruturas locais da Rede Social, a falta de cultura de trabalho em parceria, a conflitualidade entre uma lógica de planeamento estratégico e uma lógica eleitoral (político-partidária), etc.,...» (Avaliação do Programa Rede Social, 2005: 44).

A partir da avaliação do funcionamento das estruturas concelhias da Rede Social, foram enunciadas algumas recomendações para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2008-2013:

- Dinamização de acções de sensibilização sobre o processo de trabalhar em rede (para técnicos, dirigentes e outros intervenientes na Rede Social).
- Criação de canais de comunicação, através da implementação de mecanismos de comunicação eficientes entre todos.
- Implementação de um sistema de informação, instalado no site da autarquia e com ligação aos sites das entidades parceiras.
- Dinamização de um Centro de Recursos e Grupos de Voluntariado.
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2008-2013 em articulação directa com as estruturas concelhias com intervenção no social e com outros instrumentos de planeamento, no sentido de integrar as complementaridades das intervenções, aproveitar as sinergias de cada instituição e elevar o nível de envolvimento de alguns parceiros.
- Adequação da acção às realidades socioterritoriais responsabilizando os agentes envolvidos.
- Aplicação de forma progressiva e sistemática das dinâmicas de trabalho em parceria no seio e fora da Rede Social.
- Implementação de um sistema de monitorização e avaliação/consultoria externa.
- Promoção de uma intervenção concentrada prioritariamente na prevenção e na proactividade.
- Planeamento dos serviços para produzir resultados em dado problema - acção focada nas organizações.
- Adequação das necessidades/prioridades nacionais com as prioridades locais.

Neste sentido, o Diagnóstico, o Plano e a avaliação deve focar-se na capacidade institucional instalada no sentido da melhoria, aumento da eficiência e qualidade, bem como na partilha de recursos existentes.

Numa avaliação geral, e passados cinco anos de experiências, verifica-se que a Rede permitiu dotar o concelho de um Diagnóstico Social participado e a partilha de uma visão, bem como uma maior interacção entre as instituições concelhias, no sentido da responsabilização conjunta na acção interventora junto dos problemas identificados nessas estruturas. Embora nalgumas dimensões da implementação muitos parceiros confidenciassem algum desgaste face às expectativas iniciais, a dinâmica gerada em

torno do programa impulsionou um aumento do inter-relacionamento entre instituições e agentes, tendo gerado uma mobilização social dos intervenientes em torno de problemas sociais, objectivos e acções.

A Rede Social de Esposende conta com 93 entidades parceiras que constituem o Conselho Local de Acção Social. A rede aqui pode promover um reforço da sociedade, abrindo novas vias de participação, implicando novos interlocutores, como os utentes dos serviços ou os próprios cidadãos, posicionando-se como um campo fértil para o exercício da própria cidadania. Neste ponto, importa salientar a similitude com algumas conclusões da Avaliação Nacional do Programa da Rede Social, nomeadamente no que toca à participação das entidades, «se o número de entidades envolvidas não é, por si só, garante da promoção de processos de intervenção participados, não deixa, ainda assim, de ser um indicador relevante da dinâmica que o Programa Rede Social conseguiu impulsionar localmente, tanto mais que surge associado à multiplicidade de áreas de intervenção daquelas entidades,... a análise da sua distribuição por região põe em evidência o facto de ser na região Norte que mais entidades foram enquadradas no processo de operacionalização da Rede Social,...» (Avaliação do Programa Rede Social, 2005: 38).

As dificuldades anteriormente referenciadas estão presentes na estratégia metodológica de elaboração do Plano de Acção, por forma a implicar os parceiros locais no assumir das responsabilidades emergentes do processo de planeamento. Daí a importância vital do Núcleo Executivo, enquanto grupo centralizador das dinâmicas da Rede Social, tal como o define o Regulamento Interno do Conselho Local de Acção Social de Esposende.¹ Na avaliação nacional da Rede Social constata-se a importância estrutural de que se reveste o Núcleo Executivo para o maior ou menor dinamismo de todo o processo de implementação local da rede, na medida em que refere que «tendencialmente, é nos concelhos em que o Núcleo Executivo é mais coeso e dinâmico ou em que há um maior empenhamento e/ou disponibilidade temporal dos técnicos, que a rede social local parece mais sedimentada. Por outro lado, foi também possível observar casos em que a perda de coesão interna e dinamismo do Núcleo Executivo se repercutiu negativamente em todo o modelo organizativo local e, por consequência, na perda de dinâmica da rede social local » (Avaliação do Programa Rede Social, 2005: 54).

¹ O Núcleo Executivo é o grupo técnico dinamizador da Rede Social e tem por objecto a dinamização da formação, da aprendizagem e do acompanhamento das diversas funções e competências mobilizadas na Rede Social, bem como a sua monitorização (nº1, artigo 19º).

PARTE 1 – TERRITÓRIO

Diagnóstico Territorial

No quadro do Decreto-Lei nº115/2006, de um Diagnóstico concelhio e da articulação do Plano de Desenvolvimento Social com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, torna-se necessário actualizar os indicadores do diagnóstico social do território.

Neste sentido, a actualização da referida informação está estruturada segundo os domínios das problemáticas focadas no diagnóstico do PNAI, com incidência no concelho de Esposende. Convém esclarecer que o PNAI representa um compromisso do Estado Português com a União Europeia para a promoção da inclusão na Europa, pelo que a rede social deve ter um papel importante na concepção e concretização deste Plano, através da adopção dos objectivos do PNAI para os seus instrumentos de planeamento bem como a criação de um sistema de informação que permita uma recolha de informação a um nível de maior proximidade. A rede social é o instrumento de operacionalização do PNAI, apresentando-se como o fórum que congrega as diferentes parcerias e políticas sociais que visam a promoção do desenvolvimento social local.²

Para se planificar serviços e medidas de intervenção é importante conhecer as tendências demográficas da população, ou seja, qual a sua estrutura e dinâmica. Nesse sentido o Diagnóstico Territorial faz uma caracterização geral do concelho, das principais dinâmicas demográficas, da protecção social e equipamentos sociais, educação, sectores económicos, mercado de trabalho e emprego, desemprego, indicadores referentes à saúde, habitação e outras áreas de interesse.

A actualização dos dados foi efectuada a partir das informações recolhidas junto das instituições (Câmara Municipal de Esposende, Centro Distrital de Segurança Social, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Esposende, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Santa Casa da Misericórdia de Esposende, Centro Novas Oportunidades, Instituto da Droga e da Toxicodependência) e com base nos seguintes documentos: Anuário Estatístico 2005, Censos 2001.

² O PDS é um plano estratégico que se estrutura a partir dos objectivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS (nº1, artigo 36º, Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho).

1.1. Tendências Demográficas

Quadro 1. População

Indicadores	Esposende	Região Norte	Portugal
Densidade populacional (Hab/km2)	366,0	175,6	114,8%
Taxa bruta de natalidade	10,3%	10,0%	10,4%
Taxa bruta de mortalidade	7,2%	8,7%	10,2%
Taxa bruta de nupcialidade	5,4%	5,0%	4,6%
Taxa bruta de divórcio	1,7%	1,9%	2,1%
Taxa de fecundidade geral	37,4%	38,4%	41,8%
Nados vivos fora do casamento	15,6%	21,0%	30,74%
Proporção de casamentos católicos	73,4%	66,1%	55,1%
Índice de envelhecimento	68,3%	90,9%	110,1%
Índice de dependência de idosos	18,1%	21,7%	25,4%
Índice de longevidade	42,5%	43,0%	43,9%
População residente (HM)	34.919	3.737.791	10.569.592
População residente 0 a 14 anos	6.405	612.961	1.644.231
População residente 15 a 24 anos	5.227	493.389	1.293.031
População residente 25-64 anos	18.912	2.074.257	5.822.230
População residente 65 e mais anos	4.375	557.184	1.810.100
Nados-vivos (HM)	358	37.306	109.399
Óbitos (HM)	249	32.471	107.462

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2005

Esposende tem-se caracterizado pelo aumento da densidade populacional. Em 1991, a densidade populacional situava-se nos 316,3hab./Km², em 2001 nos 350,1 habitantes por Km² e, em 2005, nos 366 habitantes por Km².

Nos Censos de 1991 a população residente era de 30.101 habitantes, em 2001 de 33.325 e segundo os dados do Anuário Estatístico de 2005 a estimativa da população é de 34.919 habitantes. Ou seja, entre 1991 e 2005 regista-se um aumento populacional de 4.818 habitantes, correspondendo a um aumento populacional percentual de 16%.

Segundo as estimativas do INE, publicadas nos Anuários Estatísticos, a taxa de natalidade entre os anos de 2000 e de 2005 sofreu um decréscimo de 4,1%, passando de 14,4% (em 2000) para 10,3% (em 2005). Comparando os valores referentes a 2005 no concelho, na Região Norte e em Portugal verificamos que a taxa de natalidade concelhia de 10,3% está acima da taxa referente à Região Norte, de 10% e abaixo da taxa referente a Portugal (10,4%).

Tendência semelhante verificamos em relação à taxa de mortalidade que decresceu, passando de 7,7% (em 2002) para 7,2% (em 2005). A taxa de mortalidade em 2005 na Região Norte era de 8,7% e em Portugal de 10,2%, estando acima do valor referente ao concelho de Esposende (7,2%).

Comparando ainda a variação da população residente por grandes grupos etários entre os anos de 2001 (dados dos Censos) e de 2005 (Anuário Estatístico) verificamos as seguintes oscilações: a população residente com idade até 14 anos passou de 6.680 para 6.405 (diminuição de 275 efectivos), a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, passou de 22.639 para 24.139 (aumento

de 1.500 efectivos) e a população com 65 e mais anos aumentou de 4.006 para 4.375 (aumento de 369 efectivos).

O índice de envelhecimento no concelho de Esposende é de 68,3%, na Região Norte de 90,9% e em Portugal de 110,1%.³

Relativamente ao índice de dependência de idosos no concelho é de 18,1%, valor abaixo do referente a Portugal (25,4%) e à Região Norte (21,7%).⁴

Seguindo a mesma tendência, o índice de longevidade é de 42,5% no concelho de Esposende, de 43% na Região Norte e de 43,9% em Portugal.⁵

Na caracterização sócio-económica e urbanística presente na Carta Educativa Intermunicipal da Valimar ComUrb, elaborada para a Comunidade Urbana do Vale-e-Mar, que compreende seis municípios, nomeadamente, Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, e no que se refere às projecções da população do concelho de Esposende, lê-se que «a evolução da população entre 2001 e 2011 regista um aumento considerável, apresentando no caso do cenário 2 uma taxa de crescimento de 10%. De todos os concelhos da Valimar ComUrb este (Esposende) é o que apresenta a taxa de crescimento mais elevada, resultando na manutenção de uma elevada percentagem de população jovem e activa. No que à população em idade escolar diz respeito, o concelho de Esposende apresenta uma variação positiva muito elevada da população dos 5 aos 9 anos (22%). Relativamente à população escolar, verifica-se que só ao nível do ensino secundário é que a percentagem de população escolar é inferior ao peso médio destes grupos definido pelo Ministério da Educação. Desta situação resulta que o maior aumento da população escolar será ao nível do ensino secundário e não dos níveis inferiores.» (2005: 49). Infere-se a existência de um concelho jovem e com um peso considerável da população economicamente activa (representa 49% da população residente: 16.324 no total de 33.325 residentes; Censos 2001).

Quanto à estrutura familiar da população, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão analisa as tendências demográficas do país que conduz a alterações estruturantes na sociedade, em particular nas estruturas familiares. Da análise conclui que «em Portugal, as tendências em termos da evolução do padrão familiar confirmam, em traços gerais, as da UE. As pessoas casam menos e mais tarde, as rupturas são mais frequentes. Persiste ainda a tendência para agregados familiares mais pequenos, com mais pessoas a viver sós, independentemente da faixa etária. Verifica-se também um aumento significativo do

³ Índice de envelhecimento: Relação existente entre o número de idosos e a população jovem (número de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos).

⁴ Índice de dependência dos idosos: Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

⁵ Índice de longevidade: Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

número de crianças a viver com um só adulto e uma queda do número de casais com filhos.» (PNAI, 2006: 25).

De acordo com os últimos Censos, as famílias do concelho de Esposende caracterizam-se do seguinte modo: 7.576 famílias correspondem a famílias constituídas por um núcleo (79,9% do total de famílias clássicas). Dessas famílias, a grande fatia é constituída por casais “de direito” com filhos – 5.129. É de destacar o número de famílias sem núcleos – 1.050 famílias (representa 11% do total de famílias). Com dois núcleos representam 8,5% do total de famílias.

Em relação às famílias clássicas segundo a dimensão (número de pessoas), as famílias existentes no concelho (9.482 famílias) distribuem-se do seguinte modo: 877 famílias com 1 elemento, 1.829 com 2 elementos, 2.184 com 3 elementos, 2.454 com 4 elementos, 1.187 com 5 elementos, 573 com 6 elementos, 211 com 7 elementos, 99 com 8 elementos, 38 com 9 elementos e 30 famílias com 10 ou mais elementos. Pelo que conclui-se a existência de um elevado número de famílias com 2, 3, 4 e 5 elementos – 7.654 famílias (80,7% das famílias), o que coincide com a proporção do número de famílias constituídas por um único núcleo – 7.576 famílias (Censos 2001).

Quadro 2. Famílias clássicas, segundo o tipo de família

Indicadores	Valores
Sem núcleos	1.050
Com um núcleo – casal “de direito” sem filhos	1.371
Com um núcleo – casal “de direito” com filhos	5.129
Com um núcleo – Casal “de facto” sem filhos	60
Com um núcleo – Casal “de facto” com filhos	146
Com um núcleo – Pai com filhos	101
Com um núcleo – Mãe com filhos	719
Com um núcleo – Avós com netos	21
Com um núcleo – Avó com netos	2
Com um núcleo – Avó com netos	27
Com dois núcleos	810
Com 3 ou mais núcleos	46
Total	9.482

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

1.2. Protecção Social

Quadro 3. Protecção Social

Indicadores	Esposende	Região Norte	Portugal
Pensionistas (total)	6.914	895.271	2.758.895
Pensionistas por invalidez	1.002	117.019	318.635
Pensionistas por velhice	4.149	554.766	1.755.347
Pensionistas por sobrevivência	1.763	223.486	684.913
Beneficiários de subsídios de desemprego	1.347	211.387	506.445
Abono de família a crianças e jovens (nº. de beneficiários)	4.361	458.509	1.155.921
Subsídio de educação especial (nº. de beneficiários)	7	3.398	5.909
Subsídio por doença (nº. de beneficiários)	1.872	232.255	551.465
Subsídios de maternidade (nº. de beneficiários)	283	27.918	76.243
Subsídio de paternidade e licença parental (nº. beneficiários)	150	15.030	33.059
Beneficiários do rendimento social de inserção	347	72.771	202.099

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2005

Em termos gerais, pode-se sintetizar os seguintes elementos:

- em 2005 o concelho apresentava um total de 6.611 pensionistas (correspondendo a 18,9% da população residente nesse ano, de 34.919 pessoas): 14,5% corresponde a pensões de invalidez (1.002 pensionistas), 60% a pensões de velhice (4.149 pensionistas) e 25,5% a pensões de sobrevivência (1.763 pensionistas).
- Existem 1.347 beneficiários de subsídios de doenças (representam 3,9% da população residente), 4.361 pessoas com abono de família a crianças e jovens (12,5%), 1.872 pessoas com subsídio por doença (5,4%).
- Relativamente às pessoas beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, em 2005 existiam 347 pessoas, sendo 145 do sexo masculino (41,8%) e 202 do sexo feminino (58,2%). Do total de beneficiários, 159 têm até 24 anos (45,8%), 53 têm idade compreendida entre os 25 e os 39 anos (15,3%), entre os 40 e os 54 anos existiam 67 pessoas (19,3%) e com 55 e mais anos, 68 pessoas (19,6%).

Rendimento Social de Inserção – situação actual (Junho de 2007)

Com a implementação do Rendimento Mínimo Garantido a nível nacional a 1 de Julho de 1997, actualmente com a designação de Rendimento Social de Inserção – RSI, surgiram as Comissões Locais de Acompanhamento e nelas passaram a concentrar-se os recursos das várias instituições e serviços que a constituem. Esta abordagem integrada dos problemas sociais foi reforçada com o Programa Rede Social que ao criar o Conselho Local de Acção Social, permitiu a conjugação de esforços, facilitando a construção de um diagnóstico social do concelho participativo, envolvendo vários parceiros locais da Rede Social, incidindo sobre as problemáticas e potencialidades em diversas áreas de análise.

Em 2007 foi elaborado o Guia de Recursos na área da intervenção social, para apoiar os técnicos e os intervenientes locais que mais directamente exercem actividade no âmbito do acompanhamento social, constituindo-se num instrumento de suporte à actividade de todos aqueles que têm a responsabilidade de trabalhar com as populações. O Guia de Recursos congrega informação transversal às diferentes áreas porque se reconhece que, cada vez mais, a intervenção tem de ser efectuada de forma integrada e que, localmente, são os mesmos técnicos que, na área social, trabalham com os mesmos destinatários.

A caracterização dos processos do Rendimento Social de Inserção reporta-se a Junho de 2007, comparando com os dados do Diagnóstico Social do Concelho de Esposende, cujos dados se referem ao mês de Setembro de 2002.

Quadro 4. Número de agregados familiares beneficiários do RSI por freguesia (entre os anos 2002 e 2007)

Freguesia	Nº agregados familiares 2002	Nº agregados familiares 2007	% Variação
Freguesia de Antas	16	7	- 56,25
Freguesia de Apúlia	22	13	- 40,91
Freguesia de Belinho	16	4	- 75,00
Freguesia de Curvos	3	3	0,00
Freguesia de Esposende	14	22	57,14
Freguesia de Fão	18	16	- 11,11
Freguesia de Fonte Boa	-	1	-
Freguesia de Forjães	11	10	- 9,09
Freguesia de Gandra	2	3	50,00
Freguesia de Gemeses	7	8	14,29
Freguesia de Mar	11	4	- 63,64
Freguesia de Marinhãs	23	11	- 52,17
Freguesia de Palmeira de Faro	4	4	0,00
Freguesia de Rio Tinto	5	2	- 60,00
Freguesia de Vila Chã	3	3	0,00
Total	155	111	- 28,85

Fonte: Serviço Local de Esposende do Centro Distrital da Segurança Social de Braga

Da análise dos agregados familiares beneficiários do Rendimento Social de Inserção em 2007, verifica-se que as situações de precariedade e vulnerabilidade social estão presentes em todo o concelho, evidenciando-se cinco focos, nas freguesias de Esposende, Fão, Apúlia, seguindo-se as freguesias de Marinhãs e Forjães.

Relativamente à variação do número de agregados beneficiários entre 2002 e 2007, regista-se uma diminuição de 44 agregados familiares, correspondendo a 28,39%. As maiores proporções de diminuição de casos registam-se nas freguesias de Mar (-63,64%), Esposende (-57,14%), Antas (-56,25%), Marinhãs (- 52,17%) e Apúlia (- 40,91%).

Quadro 5. Caracterização dos beneficiários por grupo etário (entre os anos 2002 e 2007)

Grupo etário	Nº de beneficiários 2002	Nº de beneficiários 2007	% Variação
< 18	176	106	- 39,77
19 – 24	31	15	- 51,61
25 – 34	41	11	- 73,17
35 – 44	55	53	- 3,64
45 – 54	39	32	- 17,95
55 – 64	48	27	- 43,75
> 65	17	18	5,88
Total	407	262	- 35,63

Fonte: Serviço Local de Esposende do Centro Distrital da Segurança Social de Braga

O escalão etário até aos 18 anos de idade é aquele que agrega mais indivíduos, nos anos em análise.

Verifica-se uma diminuição percentual de todos os grupos etários com maior incidência no grupo etário com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos de idade (-73,17%), representando os indivíduos em idade activa. O escalão onde se verifica o menor número de beneficiários é o que engloba os indivíduos com idade a partir dos 65 anos.

Os dados permitem ainda verificar que as crianças e jovens representam grande parte da população em situação de vulnerabilidade social o que é socialmente um indicador de perigo de reprodução das condições de pobreza.

O RSI e as suas vertentes de (re)inserção social

Entre o técnico que acompanha a situação de cada agregado familiar, o titular e os restantes beneficiários é estabelecido um acordo, em que os beneficiários negoceiam e se comprometem a cumprir as acções definidas no Plano de Inserção. Por outro lado, as instituições locais comprometem-se a criar condições para melhorar a situação dos beneficiários. O acordo estabelecido com o beneficiário tem por objectivo melhorar as condições de vida destes e em simultâneo desenvolver as suas capacidades pessoais, sociais e profissionais.

O acordo para o Programa de Inserção pode integrar medidas em diferentes áreas como a saúde, educação, acção social, formação profissional, emprego e habitação.

Quadro 6. Caracterização dos Planos de Inserção (entre os anos 2002 e 2007)

Plano de inserção	Nº de acordos 2002	Nº de acordos 2007	% Variação
Emprego	28	53	89,29
Educação	43	56	30,23
Habitação	47	31	-34,04
Saúde	60	121	101,67
Acção Social	25	117	368,00
Formação Profissional	2	11	450,00

Fonte: Serviço Local de Esposende do Centro Distrital da Segurança Social de Braga

Verifica-se um aumento significativo do número de acordos de inserção, nomeadamente nas áreas da formação profissional, acção social e saúde, áreas fundamentais para o garante da inserção sócio-profissional da população beneficiária.

Outras medidas de Política Social

Relativamente aos mecanismos de apoio às famílias com dificuldades sócio-económicas, para além do RSI, salientam-se subsídios eventuais, acolhimento familiar de adultos e menores, Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, ajudas técnicas, etc.

No balanço final do ano de 2006, registavam-se as seguintes famílias apoiadas economicamente pela acção social: precaridade económica (famílias com baixos rendimentos/ausência de rendimentos) - 114 famílias; ajudas técnicas - 54 famílias; toxicodependência - 8 pessoas; sida - 2 pessoas.

Existiam ainda 183 famílias a beneficiar do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar aos Carenciados (PCAAC).

O acolhimento familiar é uma prestação de acção social que consiste em fazer acolher transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço, crianças, jovens e idosos cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, afectiva e de prestação de cuidados aos mais idosos. São patentes as vantagens do acolhimento familiar, sobretudo quando confrontadas com outras respostas de carácter institucional mais tradicionais, como é o caso do internamento em lares.

O acolhimento familiar só pode ser decidido quando se tenham esgotado as possibilidades da família natural desempenhar cabalmente a função que lhe cabe e esteja demonstrada a sua incapacidade de resposta imediata e construtiva aos apoios que lhe possam ser facultados ou a manifesta insuficiência destes.

No concelho de Esposende existiam no final de 2006, 24 famílias de acolhimento de menores e 31 crianças acolhidas. Os motivos para a integração destes menores em família de acolhimento: 13 - falecimento/falta de retaguarda familiar; 5 - negligência/abandono; 3 - toxicodependência; 10 - alcoolismo.

Relativamente ao acolhimento de idosos, no final de 2006, constata-se a existência de 8 famílias de acolhimento e 9 pessoas idosas acolhidas. Os motivos para a integração em família de acolhimento são os seguintes: 4 por situação de deficiência, 3 por alcoolismo e 2 por dependência.

1.3. Equipamentos Sociais

No Diagnóstico Social do Concelho de Esposende, a área referente à intervenção social foi considerada prioritária, em conformidade com os objectivos do Programa da Rede Social, de fomentar a entreaajuda interinstitucional, das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social, com vista à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social.

O quadro abaixo indicado apresenta a informação sobre a variação do número de instituições e das capacidades por valência, entre os anos de 2003 e 2007.

Quadro 7. Variação no número de instituições e capacidades dos serviços entre 2003 e 2007

Valência	2003		2007	
	Número de Instituições	Capacidades	Número de Instituições	Capacidades
Creche	12	434	12	551
Jardim de Infância*	27	1.144	24	1.178
Centro de A.T.L.**	11	540	14	727
Centro Acolhimento Temporário	1	20	1	20
Centro de Dia	6	115	7	135
Centro de Convívio	1	20	1	20
Serviço de Apoio Domiciliário	4	105	5	125
Lar de Idosos	3	148	3	148
Centro de Actividades Ocupacionais	1	13	1	17
Comunidade de Inserção Social de Esposende	-	-	1	20

Fonte: Serviço de Acção Social e Educação da Câmara Municipal de Esposende/ Serviço Local de Esposende do Centro Distrital da Segurança Social de Braga

* Da rede privada e solidária

** Instituições com acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social (inclui a modalidade clássica e pontas)

Na análise das capacidades das valências das Instituições Particulares de Solidariedade Social concelhias e da variação entre os anos 2003 e 2007, verificam-se as seguintes alterações:

- o número de creches mantém-se entre os anos em análise, pelo que regista-se um aumento de 117 lugares, correspondendo a um aumento percentual de cerca de 27%. A taxa de cobertura da valência creche é de 43%.⁶

- Em 2003 registavam-se 27 estabelecimentos de educação pré-escolar (rede pública e privada), com uma capacidade para 1.144 crianças, em 2007 registam-se 24 estabelecimentos e 1.178 lugares, num aumento de 34 lugares (aumento de cerca de 3%). Estes 1.178 lugares representam uma taxa de cobertura concelhia de 70%.⁷ Ainda estabelecendo a diferença entre a rede pública e a rede privada e solidária no que se refere ao ensino pré-escolar, a taxa de cobertura da rede pública é de 41% (695 lugares) e a taxa de cobertura da rede privada e solidária é de 29% (483 lugares).

- Das 11 instituições com Centro de Actividades de Tempos Livres em 2003, com capacidade para 540 crianças e jovens, o concelho detém em 2007 cerca de 14 instituições com capacidade para 727 (Clássico: 140; Pontas: 587), correspondendo a um aumento de 187 lugares (34,6%).

- Na área da deficiência, o concelho dispõe de um Centro de Actividades Ocupacionais, cuja capacidade aumentou de 13 para 17 lugares.

- A capacidade de Lares para pessoas idosas mantém-se entre os anos de 2003 e 2007 (148 lugares), representando uma taxa na ordem dos 3,7%.⁸ Relativamente aos Centros de Dia, aumentou a

⁶ Esta taxa é calculada a partir do número de crianças dos 0 aos 2 anos (incluído) a residir no concelho em 2001 (1.288 crianças).

⁷ Taxa calculada sobre a população residente no concelho, segundo os dados dos Censos de 2001, entre os 3 e os seis anos (1.684 crianças).

⁸ Taxa calculada sobre a população residente no concelho, segundo os dados dos Censos de 2001, com mais de 65 anos de idade (4.006 pessoas).

capacidade em 20 lugares, representando um aumento percentual de 17,4% e correspondendo à taxa de cobertura de 3,36%.⁹

- Regista-se um aumento da capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário de 20 lugares, num total de 125 lugares, representando a taxa de cobertura de 3,12%.¹⁰

- Na área dos serviços e equipamentos de apoio à reabilitação da população com problemas ligados ao álcool, existe a Comunidade de Inserção Social de Esposende, com 20 lugares, sendo 8 em para internamento e 12 para o período diurno.

- A capacidade do Centro Acolhimento Temporário mantém-se (20 lugares).

- Na área dos Serviços e Equipamentos para a Família e Comunidade, existe um protocolo para o Atendimento e Acompanhamento Social, que abrange cerca de 115 famílias.

1.4. Educação

A escolarização e as qualificações da população em geral são elementos estruturantes fundamentais para a compreensão de fenómenos de pobreza e exclusão social e para a inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente no que se refere à sua participação no mercado de trabalho. De seguida destacam-se alguns indicadores de referência sobre a educação formal, que constitui condição fundamental de partida para a inclusão social dos indivíduos, devendo começar desde os primeiros anos de vida.

A escola constitui, assim, um espaço privilegiado, a partir do qual se podem detectar precocemente, prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão social.

Quadro 8. Taxas de abandono escolar, saída antecipada, saída precoce e de analfabetismo

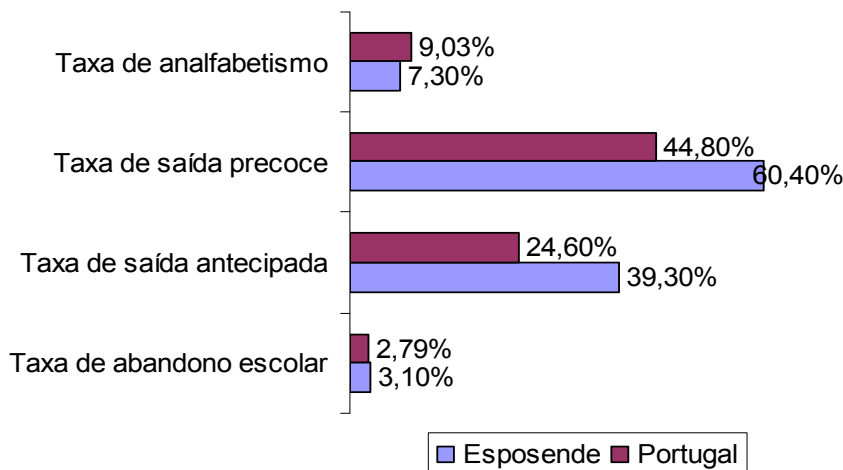
Indicadores	Esposende	Portugal
Taxa de abandono escolar	3,1%	2,79%
Taxa de saída antecipada	39,3%	24,6%
Taxa de saída precoce	60,4%	44,8%
Taxa de analfabetismo	7,3%	9,03%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

⁹ Calculada sobre o valor da população com mais de 65 anos de idade, segundo os dados dos Censos de 2001, (4.006 pessoas).

¹⁰ Calculada sobre o valor da população com mais de 65 anos de idade, segundo os dados dos Censos de 2001, (4.006 pessoas).

Gráfico1. Taxas de abandono escolar, saída antecipada, saída precoce e de analfabetismo em Esposende e em Portugal



Alguns indicadores como as taxas de abandono escolar e de analfabetismo são referenciais importantes para esta análise. Os dados oficiais existentes reportam-se aos Censos de 2001.

A taxa de abandono escolar¹¹ no concelho, segundo os Censos de 2001, era de 3,1%, sendo superior à do Continente, de 2,79%.

Analisando as taxas de abandono por saída antecipada¹², em 2001, a situação no concelho era de 39,3%, superior à taxa de 24,6% do país.

Quanto à taxa de abandono por saída precoce¹³, a nível concelhio situa-se nos 60,4%, superior à taxa nacional, de 44,8%.

A taxa de analfabetismo no concelho em 1991 era de 9,1% e em 2001 de 7,3%, verificando-se uma diminuição percentual de 1,8%. Da análise da evolução das taxas de analfabetismo nos concelhos da Valimar, resulta a seguinte ilação «a evolução da taxa de analfabetismo de 1991 para 2001 ressalta a dinâmica associada à melhoria do indicador do litoral para o interior e das freguesias ribeirinhas/centros urbanos para as freguesias rurais. Confirma-se, desta forma, que é nos centros urbanos mais dinâmicos que as melhorias são mais significativas fruto da maior percentagem de população jovem, do maior investimento/preocupação das famílias com a educação dos filhos e da maior/melhor oferta de equipamentos.» (2005: 65).

¹¹ Taxa de abandono escolar: total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

¹² Taxa de saída antecipada: total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

¹³ Taxa de saída precoce: total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Na Carta Educativa da Valimar é efectuada uma análise correlativa das variáveis taxa de analfabetismo e nível de instrução, pelo que resulta a seguinte análise «complementando a taxa de analfabetismo com o nível de instrução da população residente, é possível afirmar que todos os concelhos apresentam uma elevada percentagem de população apenas com o primeiro ciclo e uma baixa percentagem de população com níveis superiores de educação. Mais uma vez, se vê confirmada a semelhança existente entre Caminha, Esposende, Viana do Castelo e Ponte de Lima com os valores mais favoráveis e Arcos de Valdevez e Ponte da Barca com percentagens mais elevadas de população com apenas o 1º ciclo e baixa percentagem de população com os níveis superiores de instrução.» (2005: 67).

A taxa de escolarização¹⁴ no concelho, de 91,8% a nível do ensino básico, é superior à taxa nacional de 82,1%; no ensino secundário a taxa de escolarização de 42,8%, encontra-se distante dos 62% a nível nacional (Censos 2001). Face ao exposto conclui-se, por um lado, que o investimento nas qualificações dos cidadãos, designadamente de educação e formação, são cruciais para a diminuição do risco de desemprego e, por outro, permitirá responder aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento.

Quadro 9. Rede publica de estabelecimentos de educação e ensino

Indicadores	Valores
Agrupamentos Verticais de Escolas	4
Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico	22
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar	17
EB Integradas com 1.º, 2.º e 3.º ciclos	2
EB com 2.º e 3.º ciclos	2
Escola Secundária com 3.º ciclo	1

Fonte: Serviço de Acção Social e Educação/Câmara Municipal de Esposende (2007)

A nível da rede pública, Esposende tem 4 agrupamentos verticais de escolas, 22 estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, 17 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 2 Escolas Básicas Integradas com 1º, 2º e 3º ciclos, 2 Escolas Básicas Integradas com 2º e 3º ciclos e uma Escola Secundária com 3º ciclo. Dispõe ainda da Escola de Música e da Escola Profissional, da rede privada e cooperativa.

As propostas apresentadas na Carta Educativa da Valimar para o concelho de Esposende tiveram por base os dois grandes objectivos: 1) promoção de uma educação de melhor qualidade; 2) promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar. As propostas de reordenamento prendem-se com a conservação, ampliação e deslocalização/agregação de escolas e a constituição de Centros Educativos (agregação/concentração de escolas do concelho em Centros Educativos, por freguesia). Propõe-se assim uma concepção de Centros Educativos em que seja objectivo central integrar as diferentes ofertas educativas existentes e necessárias em cada localidade específica. Deste modo, estes Centros podem ser

¹⁴ Taxa específica de escolarização = população escolar do grupo etário Xi com idade própria para a frequência de determinado nível / total de população residente do grupo etário Xi

concebidos segundo os princípios contidos nas Escolas Básicas Integradas, podendo em alguns casos reunir um conjunto de equipamentos e noutros dar origem a Escolas Básicas Integradas, mas constituindo todos eles pólos educativos em torno da efectivação da escolaridade básica. Na Carta Educativa desenvolve-se uma proposta de operacionalização da intervenção a partir de critérios que procuram, de forma objectiva, garantir o sucesso do processo ensino/aprendizagem com a necessária qualificação da população. Assim, a intervenção perseguirá os seguintes objectivos: «- promover a participação nas dinâmicas educativas e sócio educativas; - enriquecer as ofertas educativas; - diminuir os níveis de isolamento dos intervenientes no acto educativo; - constituir redes de articulações de saberes e recursos; - preservar os valores e culturas contextuais da população; - elevar os níveis da qualidade da educação de cada local e do concelho no seu conjunto» (2006: 99).

Iniciativa Novas Oportunidades

A Rede de Cursos Profissionais e de Cursos de Educação e Formação (CEF), inseridos na Iniciativa Novas Oportunidades para jovens, visa criar as condições para uma resposta ajustada à qualificação profissionalizante dos mesmos.

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são uma oportunidade para frequência ou conclusão da escolaridade de 6, 9 ou 12 anos e, simultaneamente, para preparação da entrada no mercado de trabalho com qualificação escolar e profissional. Os Cursos de Educação e Formação destinam-se a indivíduos que se encontrem nas seguintes condições: idade igual ou superior a 15 anos; habilitações escolares inferiores aos 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º anos ou que já concluíram o 12.º ano de escolaridade; não têm qualificação profissional ou pretendem adquirir uma qualificação superior. Estes cursos permitem o prosseguimento de estudos e a aquisição de competências profissionais. A conclusão de um CEF, com total aproveitamento, confere certificação escolar equivalente ao 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade e certificação profissional de nível 1, 2 ou 3.

Os Cursos Profissionais são uma modalidade de educação, inserida no ensino secundário, que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo profissional. A aprendizagem valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o sector empresarial local. São destinatários dos cursos profissionais os indivíduos que se encontrem nas seguintes condições: conclusão do 9º ano de escolaridade ou equivalente; procura de um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho. A conclusão de um curso profissional confere um diploma de ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3. O diploma de ensino secundário e o certificado de qualificação profissional de nível 3 permitem o ingresso nos cursos de especialização tecnológica (nível 4) e o acesso ao ensino superior.

No concelho de Esposende, estão a funcionar no ano lectivo 2007/2008 os seguintes cursos, por área de formação e Agrupamento de Escolas.

Agrupamento de Escolas de Apúlia

- Curso de Educação Formação, nível II, tipo 2, , área de Operador de Informática (15 alunos)

Agrupamento de Escolas de Terras do Baixo Neiva

- Curso de Educação Formação, nível II, tipo 3, área de Ciência Informática com saída profissional – Operador de Informática (20 alunos)

- Curso de Educação Formação, nível II, tipo 2, área de Gestão e Administração, com saída profissional de Empregado/Assistente Administrativo (15 alunos)

Escola Secundária Henrique Medina

- Curso de Educação Formação, nível II, tipo 3, área de Carpinteiro de Limpos (18 alunos)
- Curso Profissional, nível III, na área de Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar (21 alunos)
- Curso Profissional, nível III, na área de Técnico de Contabilidade (21 alunos)

Zendensino, Cooperativa de Ensino

- Curso de Educação Formação, nível II, tipo 2, área de empregado de mesa (20 alunos)
- Curso Profissional, nível III, Curso de Restauração (22 alunos)
- Curso Profissional, nível III, Curso de Animador Sócio cultural (22 alunos)

Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira

- Curso de Educação Formação, nível III, tipo 2, área de Operador de Informática (17 alunos)

Agrupamento de Escolas de Marinhãs

- Curso de Educação Formação, nível II, tipo 2, área de Empregado Comercial (18 alunos)

Formação ao longo da vida/Educação de adultos

A formação e a aprendizagem ao longo da vida remetem para o ideal de educação permanente, compreendendo a educação de jovens e adultos, orientada para a provisão pública de educação e tendo objectivos de esclarecimento e de autonomia dos indivíduos e a transformação social através do exercício de uma cidadania activa e crítica, favorecendo o seu processo de inclusão social.

No contexto actual, verificamos que o apelo à formação e à aprendizagem ao longo da vida tende a ser orientado para a empregabilidade, num quadro societal caracterizado pelo reforço das responsabilidades individuais, pela aquisição de saberes e de competências para competir, e pelos sucessos e fracassos no mundo do trabalho. Os modelos de reforma social neoliberal tendem a deslocar o conceito de educação para o de aprendizagem, com uma incidência mais individualista e instrumental. Essas políticas de pendor neoliberal conferem relevo a concepções mais funcionais e de adaptação. A procura de oportunidades de aprendizagens, convertidas em vantagens competitivas, passa a ser da

responsabilidade individual, recaindo sobre o indivíduo todas as consequências das suas boas ou más escolhas, traçando deste modo a sua biografia de aprendizagem que lhe permitirá sobreviver num mercado cada vez mais marcado por elevados níveis de competitividade e de mobilidade. Daí este ser um instrumento fundamental para o combate às situações de pobreza e de exclusão social, num quadro societal marcado por processos de globalização e de individualização.

As ideias de educação e de formação contínuas estão assim interligadas com as ideias de reciclagem e de actualização, exigidas por uma sociedade em constantes mudanças que tornam os conhecimentos científicos, técnicos e profissionais rapidamente obsoletos, considerando-se por isso que ao homem não basta a aprendizagem escolar, sendo necessário ampliá-la e aprofundá-la ao longo de toda a vida. Não invalidando a perspectiva de que a educação é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida humana, no qual se inclui a educação escolar, a educação permanente põe sobretudo em realce as dimensões políticas, sociais e culturais da acção educativa.

A educação de adultos assemelha-se assim a uma multiplicidade de práticas onde a aprendizagem acompanha a mudança, «não se aprende por se ter aprendido, aprende-se por ter mudado uma situação, por ter, por exemplo, melhorado o nível de vida, aprende-se para ter mais justiça, para ser mais competente, para participar democraticamente na sociedade» (Finger: 2005, 17).

No concelho de Esposende, além dos Cursos de Educação e Formação de Adultos promovidos por várias entidades formadoras do concelho e até mesmo exteriores ao concelho para a qualificação da população adulta (a ACICE certificou, no ano de 2006, 20 adultos ao nível do 9º ano e 12 adultos ao nível do 6º ano), registam-se algumas acções levadas a cabo pelo Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da Zendensino, Cooperativa de Ensino, IPRL, que iniciou a actividade a 1 de Setembro de 2006. Desde essa data até 31 de Outubro de 2007, foram efectuadas 179 certificações, conferindo equivalências ao 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico. A população do concelho de Esposende certificada pelo Centro Novas Oportunidades da Kerigma, foi a seguinte: no ano de 2005 foram certificados 72 adultos, todos ao nível do 9º ano; no ano de 2006, 29 adultos certificados, 1 ao nível do 6º ano e os restantes ao nível do 9º ano de escolaridade; no ano de 2007 foram certificados 13 adultos, ao nível do 9º ano de escolaridade. O Centro Novas Oportunidades da Ancorensis certificou durante o ano de 2006 25 adultos e no ano de 2007 8 adultos, ao nível do 9º ano de escolaridade.

Centro Novas Oportunidades

Ao mudar a designação de CRVCC (Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências) para CNO (Centro Novas Oportunidades), os até então, designados CRVCC sofreram uma reestruturação ao nível das suas funções e eixos de actuação.

O objectivo dos CNO é dar uma oportunidade de qualificação e de certificação a todos os adultos, maiores de 18 anos, de nível básico, secundário e/ou profissional e permitir uma aposta clara dos adultos na Aprendizagem ao Longo da Vida.

Neste sentido, actualmente, os CNO assumem-se como uma porta de entrada para todos os que procuram uma oportunidade de qualificação, organizando-se de forma a encaminhar os inscritos para ofertas de formação adequadas ao seu perfil, motivações, expectativas, situação face ao emprego, entre outros factores.

Os princípios orientadores do funcionamento dos CNO sustentam-se no rigor, exigência e eficiência dos processos desenvolvidos, numa lógica de autonomia na operacionalização das práticas, mas não obstante, assente numa cooperação com as estruturas de coordenação central e regional e com as instituições parceiras. Assim sendo, a criação de parcerias locais é um dos eixos principais de actuação.

O CNO da Zendensino tem parcerias estratégicas com vários parceiros sociais, destacando-se assim, as IPSS, as Juntas de Freguesia do Concelho de Esposende e algumas do concelho de Barcelos, algumas empresas e várias associações de desenvolvimento local. Estas parcerias representam um factor de extrema importância, no que se refere à credibilidade do processo, ao reconhecimento social do funcionamento do CNO e, igualmente, em termos de acesso à população por via daqueles que estão em contacto mais directo com os destinatários desta iniciativa.

O CNO da Zendensino orienta-se por pressupostos de acção, tais como o acolhimento, o diagnóstico/triagem, o encaminhamento, o processo de RVCC e o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Pessoal, obedecendo criteriosamente a cada uma das etapas no que diz respeito aos objectivos definidos e resultados esperados.

Desde a sua Criação, em Setembro de 2006 o CNO da Zendensino actuou junto de mais de um milhar de cidadãos (1.101).

1.5. Contexto Económico

Quadro 10. Actividade Económica (Empresas segundo o Código das Actividades Económicas)

Indicadores	Valores
Empresas, segundo a CAE-Rev.2.1 (Total)	3.803
A+B (Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca)	381
C (Indústrias extractivas)	17
D (Indústrias transformadoras)	595
E (Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água)	18
F (Construção)	757
G (Comércio por grosso e a retalho, reparação veículos automóveis, motociclos, bens de uso pessoal e doméstico)	1.096
H (Alojamento e restauração - Restaurantes e similares)	381
I (Transportes, armazenagem e comunicações)	43
J (Actividades financeiras)	54
K (Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas)	238
M a O (Educação, Saúde e acção social, outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais)	223

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2005 (dados referentes a 31 de Dezembro de 2005)

Segundo os dados do Anuário Estatístico de 2005 existem 3.803 empresas distribuídas pelos diversos sectores de actividade, predominando as actividades relacionadas com o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, representando cerca de 29% do total de empresas existentes (1.096 empresas).

Quanto à dinâmica de constituição e de dissolução de sociedade regista-se que no ano de 2005 foram constituídas 51 novas sociedades, contra 34 sociedades dissolvidas (Anuário Estatístico, 2005).

Relativamente às principais infra-estruturas de transporte, que condicionam o dinamismo do contexto económico concelhio, verificamos que as infra-estruturas de acesso ao concelho proporcionam uma boa acessibilidade rodoviária, através da A28, na ligação aos distritos do Porto ou de Viana do Castelo.

No sentido Este, existem as EN 103-1 e EN 205-1 em direcção a Barcelos que permitem a ligação com a EN 103 com destino a Braga e, também, o acesso à A11, que liga Esposende-Braga.

Na área dos transportes marítimos, Esposende tem a Norte o Porto de Mar de Viana do Castelo, a uma distância de 25 Km, e a Sul o Porto de Mar de Leixões, a 40Km, ambos com acesso rodoviário através da A28.

Em termos de transportes aéreos, o concelho tem a Sul o Aeroporto Sá Carneiro a 40 Km, a Este o aeródromo de Braga a 35 Km e no sentido Norte o aeroporto de Vigo (Espanha) a 110 Km.

O concelho de Esposende não dispõe de via ferroviária. Contudo, pode aceder-se à mesma através das estações da linha do Minho (Viana do Castelo e Barcelos) e da estação da Póvoa de Varzim, inserida na linha do Metro do Porto. Para o embarque de mercadorias de grandes dimensões pode recorrer-se às estações da linha do Minho: Darque, Barcelos e Nine.

No estudo sobre a Caracterização do Tecido Empresarial do Concelho de Esposende, publicado em 2003, pela Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende foram inquiridas 1.072 empresas pertencentes ao tecido empresarial do concelho, repartidas pelos sectores da indústria, construção civil e obras públicas, comércio, turismo e serviços, tendo resultado a seguinte visão do contexto económico concelhio:

- As empresas empregam 6.286 pessoas, sendo a indústria o sector que emprega o maior número de pessoas, com 3.129 trabalhadores (49,8%), seguida do sector do comércio com 1.070 trabalhadores (17%), no sector da construção 935 trabalhadores (14,9%), o sector do turismo conta com 643 trabalhadores (10,2%) e, por fim, o sector dos serviços com 509 trabalhadores (8,1%).

- 89% do tecido empresarial de Esposende é composto por micro empresas, seguindo-se as pequenas empresas com 9,9%, as médias empresas com 0,8% e as grandes empresas com 0,3%.

- 63,6% das empresas do tecido empresarial possuem a forma jurídica de empresário em nome individual, sendo no turismo e no comércio que existem mais empresas com esta forma jurídica. As sociedades por quotas surgem como a segunda forma jurídica mais utilizada (30,9%).

- 85,5% dos trabalhadores possuem o ensino básico, 10% possuem o ensino secundário e 4,5% têm formação superior.

Relativamente à distribuição das empresas inquiridas no estudo por freguesia e por sector de actividade, conclui-se que é nas freguesias de Marinhãs, Forjães e Palmeira de Faro que o sector da indústria está mais enraizado, situando-se nestas freguesias quase metade do total das empresas deste sector – 103, no total de 212.

O sector da construção civil e obras públicas regista o maior número de empresas nas freguesias de Marinhãs, Esposende e Vila Chã (51, no total de 96 empresas).

As empresas do sector do comércio predominam na cidade de Esposende, seguindo-se as freguesias de Apúlia e Marinhãs, respectivamente (217, no total de 423).

Relativamente ao sector do turismo as freguesias de Apúlia e Esposende, seguidas das de Fão e Marinhãs registam o maior número de empresas (132 empresas, no total de 205).

No que respeita ao sector dos serviços, existe uma concentração de empresas na cidade de Esposende, seguindo-se Marinhãs, Fão e Forjães (101, no total de 136).

Tendo ainda como base a caracterização do tecido empresarial do concelho de Esposende, salientam-se alguns aspectos negativos do sector da indústria tais como: escassez de recursos humanos qualificados, domínio de uma mentalidade conservadora dos empresários, pessoas com o ensino básico em quase todas as áreas das empresas, dependência da subcontratação principalmente no sector têxtil, incapacidade de aderir aos sistemas de informação e de comunicação, reduzido número de empresas com Sistemas de Certificação da Qualidade, Ambiental.

Os aspectos positivos do sector da indústria, salientados nesta caracterização são: sector de maior empregabilidade, força de trabalho constituída maioritariamente por mão-de-obra jovem, empresas que pretendem efectuar o investimento no curto e médio prazo, optimismo dos empresários em relação ao desenvolvimento da actividade.

No Diagnóstico do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, na vertente da caracterização do contexto económico e do mercado de trabalho a nível nacional, refere-se que «Portugal confronta-se com um conjunto de desafios, ligados à evolução recente do mercado de trabalho e da economia portuguesa, associados a aspectos de natureza estrutural (estrutura empresarial e qualificacional com sérios défices e vulnerabilidades em termos de crescimento sustentado, competitividade e emprego), que por seu turno dificultam a superação da situação vivida nos últimos anos» (PNAI, 2006: 17).

Este contexto tem sido desfavorável ao mercado de emprego, com consequências a nível dos contextos locais, apesar de se registar crescimentos contínuos da população activa no território nacional. No concelho de Esposende regista-se esse crescimento quando se verifica o aumento da taxa de actividade da população entre os anos de 1991 e de 2001 (de 48,3% para 49%). Isto é particularmente relevante se for levado em consideração o facto de que a participação no mercado de trabalho constitui um dos principais mecanismos de inclusão social.

1.6. Mercado de trabalho e emprego

A análise social de um território tem necessariamente que considerar as fontes de rendimento das famílias já que é através do seu rendimento que estas têm acesso a bens e serviços que lhes permite aumentar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Desta forma serão analisados os indicadores – taxas de actividade e desemprego do concelho, completados com referências genéricas aos principais meios de vida no sentido de realçar a dependência de algumas populações em relação a determinadas fontes que pelas suas características poderão contribuir para um agravamento das situações de exclusão social.

Quadro 11. População residente empregada nos sectores de actividade económica

Sector de actividade	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	%
Sector Primário	690	576	1.266	8,1
Sector Secundário	4.879	3.336	8.215	52,9
Sector Terciário	2.969	3.081	6.050	39
Total	8.538	6.993	15.531	100

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Esposende é um concelho com uma população activa ainda jovem que se distribui pelos diferentes sectores de actividade. Regista-se a predominância no sector secundário com 8.215 indivíduos, seguindo-se o sector terciário com 6.050 indivíduos, e finalmente o sector primário com 1.266 indivíduos.

A população no sector primário é ainda percentualmente bastante elevada (8,1%), o que dá ao concelho um cariz ainda rural que convive com um sector secundário forte em emprego (68% do emprego estruturado) e um sector terciário ainda reduzido.

Quadro 12. Indicadores referentes à população economicamente activa (lacto sensus) e empregada

Indicadores	Valores
População Economicamente Activa	16.324
População Economicamente Activa Empregada	15.531
Taxa de Actividade	49%
Taxa de Desemprego	4,9%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Da análise da variação das taxas em análise de 1991 para 2001, resultam as seguintes conclusões:

- entre 1991 e 2001 a taxa de actividade subiu de 48,3% para 49% mas a taxa de actividade masculina foi superior, subindo 0,8 % contra 0,3 % para a actividade feminina.

- Ao longo da última década houve um aumento significativo da taxa de desemprego, tendo passado de 3,1% em 1991 para 4,9% em 2001, atingindo principalmente a população feminina, que regista em 2001 uma taxa de desemprego de 6%, contra 3,9% referente à população masculina.

Quadro 13. População residente activa, empregada segundo a situação na profissão

População residente activa, empregada segundo a situação na profissão	Valores
Empregador	2.237
Trabalhador por conta própria	1.077
Trabalhador familiar não remunerado	247
Trabalhador por conta de outrem	11.790
Membro activo de cooperativa	15
Outra situação	165
Total	15.531

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Na análise da situação na profissão da população residente activa e empregada, constata-se que a maior parte dessa população é empregada por conta de outrem no que respeita à sua situação na profissão – 11.790 indivíduos, representando 75,9% da população activa. Os empregadores representam 14,4% da população activa (2.237 indivíduos).

No sentido de perceber os meios de sobrevivência da família, analisou-se de forma genérica o principal meio de vida.

Quadro 14. População residente, com 15 ou mais anos, por principal meio de vida e sexo

Principal meio de vida	Masc.	Femin.	Total
Trabalho	8.556	6.955	15.511
Rendimentos da propriedade e da empresa	67	78	145
Subsídio de Desemprego	217	252	469
Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional	65	65	130
Outros subsídios temporários	28	35	63
Rendimento Mínimo Garantido	19	47	66
Pensão / Reforma	2.186	3.019	5.205
Apoio Social	7	23	30
A cargo da família	1.317	3.259	4.576
Outra situação	173	277	450
Total	12.635	14.010	26.645

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Da análise do principal meio de vida da população residente, com 15 ou mais anos, resulta que a maior parte desta população tem como principal meio de vida o trabalho. A população activa representa 58,2% da população residente com mais de 15 anos de idade.

A população do concelho depende directa ou indirectamente de rendimentos do trabalho, considerando que o subsídio de desemprego é também atribuído apenas a quem trabalhou e perdeu o emprego involuntariamente, e as pensões são resultado na maior parte dos casos de contribuições feitas durante a vida activa.

Um número significativo de indivíduos vive da pensão/reforma, atingindo um maior número de mulheres (3.019, contra 2.186 homens), num total de 5.205 indivíduos. Apesar de ser um concelho com uma população activa jovem é também significativa a percentagem de pensionistas relativamente à população activa - cerca de 31,8% (5.205/16.324).

A carga da família estão 4.576 indivíduos, sendo 3.259 do sexo feminino, o que pode significar uma percentagem importante de mulheres que estão em casa, assegurando a gestão e manutenção da casa e da família.

1.7. Desemprego

No Diagnóstico Social regista-se que o desemprego, as dificuldades e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, a não articulação entre a procura e a oferta de emprego, a baixa qualificação da população desempregada, as dificuldades de mobilidade entre freguesias são alguns dos problemas com que se debate o mercado de trabalho local.

A exclusão social, enquanto fenómeno multidimensional que não se esgota na pobreza, em grande medida está associado aos problemas do desemprego e à consequente ausência de recursos materiais. A exclusão e/ou fragilização face ao mercado de trabalho é considerado um dos problemas vividos pela população excluída e torna-se em factor particularmente grave quando é longo e concentrado, como é o caso das famílias onde ninguém tem trabalho. Deste modo, a vulnerabilidade (ou seja, a exposição a riscos portadores de insegurança) revela-se como uma condição preocupante na análise da exclusão.

Quadro 15. Indicadores referentes à população desempregada

Indicadores	Maio 2005	Maio 2006	Maio 2007
Nº total de desempregados	1.123	1.053	862
Nº total de desempregados do sexo masculino	475	431	337
Nº total de desempregados do sexo feminino	648	622	525
Nº de desempregados à procura de 1º emprego	65	71	72
Nº de desempregados à procura de novo emprego	1.058	982	790
Nº de desempregados abaixo dos 25 anos de idade	193	129	94
Nº de desempregados entre 25 e 34 anos	284	227	163
Nº de desempregados entre 35 e 54 anos	467	472	365
Nº de desempregados com 55 e mais anos	179	225	240
Nº de desempregados inscritos há menos de 12 meses	756	615	438
Nº de desempregados inscritos há mais de 12 meses	367	438	424

Fonte: Gabinete de Estudos e Avaliação, *Desemprego Registado no Concelho – Estatísticas Mensais*, Instituto do Emprego e Formação Profissional

Quadro 16. Indicadores referentes aos níveis de escolaridade da população desempregada

Indicadores	Maio 2005	Maio 2006	Maio 2007
< 1º Ciclo do Ensino Básico	45	43	41
1º Ciclo do Ensino Básico	342	392	329
2º Ciclo do Ensino Básico	334	240	170
3º Ciclo do Ensino Básico	187	164	136
Ensino Secundário	145	113	104
Ensino Superior	70	101	82
Total	1.123	1.053	862

Fonte: Gabinete de Estudos e Avaliação, *Desemprego Registrado no Concelho – Estatísticas Mensais*, Instituto do Emprego e Formação Profissional

Em Esposende a população desempregada é em Maio de 2007 de 862 pessoas. Segundo as estatísticas oficiais publicadas mensalmente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre 2005 e 2007 verifica-se uma diminuição da população desempregada na ordem dos 23%. Ao longo desses anos verifica-se uma predominância de pessoas desempregadas com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos de idade e o aumento gradual do desemprego de longa duração (em 2005, 367 desempregados há mais de um ano, em 2006, 438 desempregados e em 2007, 424 desempregados). Esta situação apresenta-se como um problema estrutural, dado que no Diagnóstico Social de 2003 eram confirmadas as mesmas conclusões relativamente ao desemprego de longa duração, representando nessa altura proporções elevadas no contexto do desemprego. A manutenção de elevados níveis de desemprego da população inscrita há mais de um ano no Centro de Emprego é demonstrativa da incapacidade para uma reintegração no mercado de trabalho.

No total de desempregados, a população à procura do 1º emprego é pouco significativa. Entre as várias hipóteses de explicação de tal facto salientam-se uma maior facilidade de integração da população jovem no mercado de trabalho e a pouca visibilidade desta procura, visto que a inserção no 1º emprego se realiza frequentemente pelos próprios meios e não pelo recurso ao Centro de Emprego.

Em relação aos níveis de escolarização da população desempregada regista-se a predominância da população com baixos níveis de escolarização, nos anos em análise. Em 2005, registavam-se 863 pessoas com níveis de escolaridade entre o 1º ciclo e o 3º ciclo do ensino básico (o que representa 76,8% da população desempregada nesse ano); em 2006 verificavam-se 796 pessoas com os mesmos níveis de escolaridade (representando 75,5% da população desempregada); e em 2007, registam-se 635 pessoas com níveis de escolaridade compreendidos entre o 1º e o 3º ciclos do ensino básico, correspondendo a 73,6% da população desempregada nesse ano. Esta situação demonstra que a baixa escolarização dificulta a inserção no mercado de trabalho e favorece a existência de situações de precariedade contratual. Verifica-se também que à medida que aumenta o grau de escolaridade da população desempregada, diminui o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego.

Importa ainda referir um outro problema estrutural a nível da articulação entre a oferta e a procura de trabalho: a oferta de emprego revela-se frequentemente pouco mobilizadora, apesar de haver intensa

procura. Contribui para isso um conjunto de circunstâncias, concorrentes ou associadas, entre as quais referem-se as fracas condições salariais frequentemente oferecidas, a qualidade das relações laborais, a localização geográfica nem sempre próxima/acessível com as consequentes dificuldades de mobilidade, a falta de experiência ou formação profissional dos candidatos ao emprego ou ainda com modos de vida pouco ajustados às exigências do mercado de trabalho.

Esta situação agrava-se actualmente com as consequências da conjuntura económica pouco favorável ao crescimento do emprego.

No que respeita aos dados referentes à actividade da UNIVA é de referir que desde o início do funcionamento deste serviço, que remonta a 22 de Dezembro de 2005, até 31 de Julho de 2007, registam-se 788 utentes inscritos e a realização de 2.705 atendimentos.

Em relação à caracterização da população inscrita nesse serviço, destaca-se o facto de 53,7% ter idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos e uma elevada percentagem de pessoas com escolaridade até ao 9º ano (escolaridade básica obrigatória) – 56,5%. De destacar ainda a existência 15% de pessoas com o ensino secundário e 5,8% com licenciatura, o que revela a existência de uma relação entre os baixos níveis de escolarização da população e a vulnerabilidade face às situações de desemprego e de precariedade dos vínculos contratuais.

1.8. Saúde

Dos serviços de saúde, o concelho dispõe de dois hospitais privados, o Hospital Valentim Ribeiro, da Santa Casa da Misericórdia de Esposende e o Hospital S. João de Deus, da Santa Casa da Misericórdia de Fão. Dispõe ainda de um Centro de Saúde que gere quatro extensões de saúde, disseminadas pelo concelho.

Quadro 17. Indicadores referentes à saúde

Indicador	Esposende	Região Norte	Portugal
Enfermeiros por 1.000 habitantes	1,0	3,9	4,3
Médicos por 1.000 habitantes	1,7	3,0	3,3
Farmácias e postos de medicamentos por 1.000 habitantes	0,2	0,2	0,3
Taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	2,84%	2,81%	3,52%
Taxa bruta de mortalidade por tumores malignos	1,77%	1,87%	2,12%

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2005

Por cada 1.000 habitantes existem 1,7 médicos no concelho, enquanto que a nível nacional o rácio é de 3,3 médicos para o mesmo número de habitantes e na região norte é de 3,0. No que diz respeito aos enfermeiros, no concelho cada 1.000 habitantes dispõe de 1,0 enfermeiros, enquanto que a nível nacional esta permissão é de 4,3 enfermeiros e na região norte é de 3,9 enfermeiros.

Por cada 1.000 habitantes, Esposende dispõe de 0,2 farmácias/postos de medicamentos, valor idêntico ao registado na região norte (0,2) e abaixo da média nacional de 0,3 farmácias/postos de medicamentos por cada 1.000 habitantes.

A taxa de mortalidade é de 7,2% (em 2005), conforme já foi referido nas tendências demográficas para o concelho. A taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório é de 2,84%, valor acima do registado na região norte (2,81%) e abaixo do valor nacional, de 3,52%. A taxa bruta de mortalidade por tumores malignos no concelho é de 1,77%, situando-se abaixo dos valores referenciados para a região norte (1,87%) e para o território nacional (2,12%).

Nas sociedades modernas cada vez mais a problemática da população idosa se interrelaciona com os domínios da saúde. Em Esposende, e no âmbito da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados, o Centro de Saúde dispõe de uma Unidade de Ambulatório, que tem por objectivo a melhoria das condições de vida e bem estar, através da prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social visando a manutenção das pessoas com perda de funcionalidade ou em risco de a perder, no domicílio, sempre que mediante apoio domiciliário possam ser garantidos os cuidados terapêuticos e apoio social necessários à provisão e manutenção do conforto e qualidade de vida.

O Hospital Valentim Ribeiro, da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, tem como Unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados os seguintes serviços:

- Unidade de Convalescença, com 19 camas, tendo por objectivo o tratamento e supervisão clínica, continuada e intensiva e para cuidados clínicos de reabilitação na sequência de internamento hospitalar originado por situação clínica aguda, recorrência ou descompensação de processo crónico, até 30 dias.
- Unidade de Média Duração e Reabilitação, com 10 camas, destinada para a prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e de apoio psicossocial, por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação de processo patológico crónico, a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e com uma duração entre 30 e 90 dias.

1.9. Habitação e habitação social

O Diagnóstico do Plano Nacional de Acção para a Inclusão refere que Portugal tem assistido nos últimos anos a uma crescente dinâmica de expansão do seu parque habitacional, traduzida no aumento do rácio dos alojamentos por habitante e no crescimento das residências secundárias, registando-se também uma considerável melhoria das condições de habitabilidade.

Quadro 18. Indicadores referentes aos edifícios de habitação familiar clássica

Indicador	Valores
Edifícios licenciados pela Câmara Municipal para construção (2005)	243
Edifícios de habitação familiar clássica 2001	13.115
Edifícios de habitação familiar clássica 2002	13.402
Edifícios de habitação familiar clássica 2003	13.710
Edifícios de habitação familiar clássica 2004	13.880
Edifícios de habitação familiar clássica 2005	14.051

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2005

Pelos dados do Anuário Estatístico do Instituto Nacional de Estatística, verifica-se o crescimento gradual dos edifícios de habitação clássica entre os anos de 2001 e 2005, tendo passado de 13.115 para 14.051, correspondendo a um aumento percentual de 7, 14 (936 edifícios).

Esposende é uma região de elevada actividade turística devido às características da sua orla marítima. Assim uma elevada percentagem de habitações destina-se a segunda habitação e férias (41%) e mesmo os espaços sem construção habitacional são objecto de exploração, para actividades turísticas. Esta situação gera especulação imobiliária, encarece terrenos e construção, agravando as dificuldades das populações carenciadas residentes. Mesmo auferindo rendimentos do trabalho, quando estes são baixos, as populações não têm condições de acesso ao mercado da habitação e respectivo sistema de crédito bancário, e ao próprio mercado de arrendamento.

Assim dos 17.144 alojamentos clássicos existentes no concelho 15.999 estão ocupados (93,3%) e 1.145 estão vagos (6,7%). Dos alojamentos ocupados, 59% correspondem à residência habitual das famílias e 41 % a residência sazonal ou de uso secundário.

Quadro 19. Alojamentos ocupados e vagos

Ocupados	nº	%
Residência habitual	9.371	59
Uso sazonal ou secundário	6.628	41
Total	15.999	100
Vagos	nº	%
Para venda	226	19,8
Para aluguer	298	26
Para demolição	78	6,8
Outros	543	47,4
Total	1.145	100

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Quadro 20. Número de Fogos em regime de aquisição, por freguesia e ano

Freguesia	Valores	Período
Apúlia	24	1996
Apúlia	28	1997
Esposende	31	1998
Esposende	27	1999
Esposende	63	2004
Fão	39	1994
Fão	15	1995
Fão	7	1999
Palmeira	36	1996
Palmeira	11	1997
Marinhas	2	2006
Total	283	-

Fonte: C.M.E. – Serviço de Acção Social e Educação

Quadro 21. Número de Fogos em regime de arrendamento, por freguesia e ano

Indicador	Valores	Período
Apúlia	9	1997
Esposende	10	1999
Fão	5	1999
Forjães	10	2002
Marinhas	8	2001
Total	42	-

Fonte: C.M.E. – Serviço de Acção Social e Educação

Nalguns empreendimentos de habitação social a população revela ausência de experiência de gestão colectiva de espaços e regulação da vida colectiva.

Em relação aos problemas referentes à habitação, destacam-se os seguintes: exclusão habitacional por parte de alguns grupos sociais mais vulneráveis; endividamento das famílias para aquisição de casa própria; insuficiência económica sentida pelas famílias para a recuperação e beneficiação de habitações degradadas.

1.10. Deficiência

Os dados estatísticos recolhidos sobre a população com deficiência são os do Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001. No concelho residiam 2.181 pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, o que representa 6,5% da população residente, valor superior à taxa nacional de 6,14%. Deste universo, 12,6% (275 pessoas) é portador de deficiência com incapacidade superior a 80%.

Quadro 22. População portadora de deficiência por sexo

População residente			População portadora de deficiência			% pop. defic.
Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Total
16.020	17.305	33.325	1.158	1.023	2.181	6,5%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Quadro 23. População portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência, por grau de incapacidade atribuído

Deficiência	Com incapacidade inferior a 30%	Com incapacidade entre 30% a 59%	Com incapacidade entre 60% a 80%	Com incapacidade superior a 80%	Total
Auditiva	205	27	19	10	261
Visual	513	63	54	43	673
Motora	232	51	118	80	481
Mental	114	30	38	43	225
Paralisia	22	5	8	32	67
Outra defic.	266	70	71	67	474
Total	1.352	246	308	275	2.181

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Nas situações de deficiência com maior gravidade ou complexidade, para as quais as respostas e serviços sociais são ainda muito insuficientes ou pouco ajustadas às reais necessidades sentidas, as famílias com pessoas a cargo são particularmente afectadas pelas dificuldades de conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Como é referido no Diagnóstico do Plano Nacional de Acção para a Inclusão «a população com deficiência porque constitui o grupo que, tendo em conta a multiplicidade de problemas e o défice histórico de resposta, evidencia uma necessidade de aposta premente e reforçada» (PNAI, 2006: 35).

1.11. Crianças e Jovens em Risco

O Diagnóstico Social do Concelho de Esposende identifica vários motivos que levam um número significativo de alunos a abandonar a Escola, antes ou depois de concluída a escolaridade obrigatória. Assim refere-se que «há desde logo uma intenção individual, ou familiarmente induzida, de ingresso precoce no mercado de trabalho, afectando sobretudo os jovens oriundos das classes sociais de mais baixos rendimentos. Por outro lado, a falta de motivação e gosto pelos estudos tem a ver com uma certa opacidade de que a Escola e a utilidade da formação escolar se revestem para estes meios sociais, e relaciona-se com o ambiente familiar também ele, por vezes, pouco ou nada incentivador das actividades culturais em geral, e a leitura, em particular» (Diagnóstico Social, 2003: 127). Daqui resulta que as famílias que apresentam carências em recursos culturais muitas vezes têm associado outro tipo de carências, nomeadamente de natureza económica.

Neste sentido, importa considerar que as famílias e comunidades de origem das crianças e jovens em risco são, frequentemente, famílias e comunidades em risco e logo, com capacidade condicionada de se constituírem em eixos fortes de suporte à inserção.

A realidade das crianças e jovens em risco do concelho é retratada de acordo com os dados recenseados através dos Relatórios de Actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Esposende.

O Relatório do Balanço Anual da Comissão de Protecção de Menores de Crianças e Jovens do ano de 2006, apresenta as seguintes conclusões: foram transitados do ano anterior 87 processos de promoção e protecção, reaberto 1 e instaurados 31 novos processos. Nesse ano a problemática mais incidente foi a negligência (84 casos). A negligência pode manifestar-se ao nível da educação, alimentação, saúde, higiene e/ou segurança da criança/jovem comprometendo o seu desenvolvimento global. A segunda problemática mais frequentemente verificada foi a exposição a comportamentos desviantes (38 casos). Por norma, estes comportamentos são manifestados pelos progenitores ou por aqueles que exercem o poder paternal. Frequentemente, este problema surge associado a ambientes onde estão presentes situações de alcoolismo, violência doméstica, comportamentos promíscuos, prostituição e precariedade económica e habitacional.

Face à prevalência das situações por negligência, as medidas de promoção e protecção mais vezes aplicadas ao longo do ano foram o apoio junto dos pais (51 processos), o acolhimento familiar (11 processos), o acolhimento institucional (11 processos) e o apoio para a autonomia de vida (10 processos).

Constata-se a existência de 5 situações relacionadas com o abandono escolar no ano de 2006.

Relativamente à institucionalização de crianças, registam-se 17 crianças institucionalizadas, provenientes de 11 agregados familiares.

1.12. Toxicodependência e alcoolismo

Os elementos disponíveis quanto à situação do concelho em matéria ligada à toxicodependência e alcoolismo têm por base os dados da Comunidade de Inserção Social de Esposende e os dados divulgados pelo serviço público especializado na intervenção sobre o problema da toxicodependência. Na impossibilidade de dispor de um outro recenseamento sobre o número de casos, toma-se a procura dos serviços como aproximadamente indicativa da dimensão do problema.

A Comunidade de Inserção Social de Esposende acompanha cerca 17 pessoas com a problemática do alcoolismo, 7 em regime de internamento, 2 em Centro de Dia e 8 em acompanhamento (os dados reportam-se a Agosto de 2007).

Os Centros de Apoio aos Toxicodependentes de Braga e Viana, registaram nos anos de 2004 e 2005 os seguintes doentes admitidos: 3 no CAT de Braga, 9 no CAT de Viana. Os doentes activos no CAT de Braga são 11 e no CAT de Viana 50.

Quadro 24. Doentes admitidos e doentes activos nos CAT de Viana e Braga nos anos de 2004 e de 2005

Indicadores	Doentes admitidos	Subtotal	Doentes Activos	Subtotal
Sexo masculino	12	12	60	61
Sexo feminino	-		1	
Solteiro	11	12	27	61
Casado	1		24	
Separado/divorciado	-		10	
Idade – entre os 20 e os 24 anos	5	12	6	61
Idade – entre os 25 e os 29 anos	1		4	
Idade – entre os 30 e os 34 anos	3		9	
Idade – entre os 35 e os 39 anos	3		21	
Idade – entre os 40 e os 44 anos	-		10	
Idade – entre os 45 e os 49 anos	-		7	
Idade – igual ou superior a 50 anos	-		4	
Escolaridade – não tem 1º ciclo E.B.	1	12	1	61
Escolaridade – 1º ciclo ensino básico	-		3	
Escolaridade – 2º ciclo ensino básico	4		35	
Escolaridade – 3º ciclo ensino básico	5		16	
Escolaridade – 12º ano	1		3	
Bacharelato/Licenciatura	-		2	
Desconhecido	1	12	1	61
Situação Profissional - desempregado	5		8	
Situação Profissional - empregado	6		50	
Situação Profissional - desconhecido	-		2	
Situação Profissional - outro	1		1	

Fonte: Delegação Regional do Norte do Instituto da Droga e da Toxicodependência

A maior parte dos doentes admitidos e activos são do sexo masculino, solteiros, e com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos de idade. Quanto aos níveis de escolaridade regista-se que a maior parte desta população tem entre o 2º e o 3º ciclos do ensino básico. Um dado relevante é o elevado número de pessoas empregadas (6 doentes admitidos e 50 doentes activos).

Nos contextos de reflexão e análise sobre estas problemáticas, no âmbito da Rede Social, tem-se dado grande ênfase à necessidade de intervir junto da população jovem, nomeadamente no que respeita ao investimento na educação para a saúde e na prevenção da toxicodependência, através da criação de competências que permitam a opção por comportamentos e estilos de vida saudáveis e da criação de equipas multidisciplinares para desenvolver estratégias de aproximação a este grupo, de informação, de despieste e de acompanhamento.

1.13. Tipificação das situações de exclusão em Portugal: Esposende no contexto nacional

O desenvolvimento do Programa da Rede Social, com a adopção de processos de planeamento estratégico de âmbito concelhio e vocacionado para implementar formas de intervenção integradas e com incidência territorial que possam constituir contributos para o desenvolvimento local, gerou uma necessidade acrescida de aprofundar o conhecimento comparativo dos fenómenos de pobreza e exclusão que caracterizam os diferentes concelhos do país.

Daí a elaboração por parte do Instituto da Segurança Social do estudo “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental” que permitiu construir uma tipologia das situações de inclusão/exclusão e de pobreza com um âmbito territorial concelhio, utilizando para o efeito um conjunto de indicadores disponíveis para todos os concelhos.¹⁵

O procedimento utilizado permitiu distinguir seis grandes tipos de territórios que, em traços muito genéricos, podem ser caracterizados da forma que a seguir se apresenta: territórios moderadamente inclusivos (tipo 1); territórios de contrastes e base turística (tipo 2); territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3); territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4); territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5) e territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6).

O concelho de Esposende está integrado no tipo 5, referente aos territórios industriais com forte desqualificação. Com o terceiro maior peso da população a nível nacional (18,6%) em 12,9% dos concelhos do continente, encontra-se numa mancha muito localizável na bacia industrial do Porto (concentrando-se sobretudo no Vale do Ave, Tâmega e no Cávado).

Estes territórios caracterizam-se, tendencialmente, pelo dinamismo demográfico expresso através do maior peso da população entre os 0 e os 14 anos e das famílias numerosas entre todos os tipos e, numa forte dinâmica económica, assente sobretudo na indústria.

O estudo revela que a dinâmica socio-económica destes concelhos responde não só às necessidades de reprodução social (no sentido das actividades que asseguram a subsistência dos indivíduos activos e inactivos), mas responde também às necessidades de produção de acordo com um modelo de organização do trabalho intensivo, mal remunerado e sub-protégido em termos de direitos, de tal forma que a função que, geralmente, cumpre o trabalho de baixos encargos realizado por estrangeiros não é aqui requerida, pelo que a taxa de estrangeiros assume aqui o seu valor mais baixo.

Está-se perante uma população jovem, mas com muito poucos recursos escolares e de qualificação, traduzidos na mais alta taxa de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de abandono escolar precoce, de saída antecipada do sistema de ensino e ainda nos elevados valores de indivíduos que desempenham profissões desqualificadas.

A desqualificação e, de uma forma geral, a desvalorização da mão-de-obra reflecte-se em altas taxas de desemprego e sobretudo de desemprego de longa duração.

O elevado peso das famílias numerosas e os dados sobre a desqualificação social objectiva sugerem a vulnerabilidade a situações de pobreza a que estão expostas estas pessoas.

O estudo revela ainda que os dados mais recentes sobre a conjuntura internacional anunciam o colapso deste modelo produtivo e social assente nos baixos salários e na retaguarda dos mecanismos de interajuda familiar e informal, já que do ponto de vista dos custos a concorrência é forte por parte de

¹⁵ Para a tipologia de inclusão/exclusão social foram seleccionados 25 indicadores, distribuídos por três grandes dimensões de análise: desafiliação, desqualificação social objectiva e privação económica. (Cf. Instituto da Segurança Social: 2005)

países que praticam salários mais baixos e também por países que detêm uma população activa mais qualificada, já que a afirmação nos mercados é conseguida, cada vez mais, através do investimento na concepção.

Factores de risco

Esta zona tem sido objecto de algumas investigações sociológicas, sendo recorrentes as análises que mostram como se tem sustentado económica e socialmente este modelo industrial assente na exploração de uma mão-de-obra barata e desqualificada. Se são evidentes os factores competitivos do ponto de vista económico baseando-se muitas vezes na produção doméstica com recurso ao trabalho infantil, tais estudos têm mostrado igualmente a importância das estratégias de pluriactividade de base industrial e agrícola que impedem que estas famílias caiam em situações de pobreza mais extrema e, desta forma, tem sido conseguido um equilíbrio entre o tecido social e o tecido económico.

Os factores que permitiram a este sector posicionar-se numa situação de vantagem competitiva face a outros mercados internacionais deixaram de garantir a Portugal esta posição e a situação pode, contudo, inverter-se. Apenas a título de exemplo refira-se a adesão de novos estados membros à União Europeia e o risco de deslocalização de algumas empresas, mas também as consequências inerentes à liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário, e a adesão, em 2001, da China à Organização Mundial do Comércio.

Se muitas das empresas instaladas nestes territórios e que há relativamente pouco tempo garantiam a empregabilidade, mesmo precária, das populações correm o risco de desaparecer, aquelas que se prepararam e refizeram os seus factores de competitividade não sofrerão tanto com aquela liberalização.

De qualquer forma, os riscos de um choque na base de sustento destas populações são muito fortes pondo em risco muitas famílias que mesmo frágeis do ponto de vista dos seus recursos materiais e qualificacionais tinham encontrado formas de organização que lhes permitiam subsistir. Por outro lado, é preciso não esquecer que este modelo comprometeu não só as presentes gerações adultas, mas as opções das famílias relativamente às crianças e jovens, como ficou patente através dos dados do abandono escolar, pelo que se torna premente corrigir estas situações.

Os constrangimentos enunciados são agravados pela fraca dinâmica sócio política e cívica, que se regista no processo de construção e reclamação da cidadania.

Segundo o Relatório Norte 2015 «particularmente incidente na Região Norte, parece ser a adversidade resultante de um modelo de desenvolvimento caracterizado pela fragilidade da escolarização e qualificação profissional bem como, das iniciativas de prevenção de rupturas geradoras de exclusão, o que (nunca será demais focá-lo) se constitui num ambiente desfavorável a ser revertido» (2006: 45).

PARTE 2 – ESTRATÉGIA/Convergência com os Planos Nacionais, Regionais e Transnacionais

A realidade anteriormente descrita indica não só os extensos e diversificados campos de investimento que a estratégia do Plano de Desenvolvimento Social terá de abranger, mas também a pluralidade de agentes e recursos a mobilizar.

Trata-se de uma realidade cujos desafios justificam intervenções articuladas e integradas para responder às dinâmicas de mudança que os fenómenos de pobreza e exclusão social vêm comportando.

Na nova geração de políticas sociais a inclusão tem sido concebida como um processo duplo de transformação das estruturas e das instituições sociais, económicas, políticas e culturais, no sentido de as tornar capazes de acolher todas as pessoas, em função das suas necessidades específicas e de permitir a realização dos seus direitos.

A inclusão social trata-se de um processo que garante que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e para beneficiarem de um nível de vida e bem estar considerado normal na sociedade em que vivem. Trata-se, além do mais, de assegurar uma participação acrescida no processo decisório que afecta as suas vidas e o acesso aos direitos fundamentais.

O equilíbrio entre intervenções de pendor mais imediato e intervenções de mais longo alcance é um dos maiores desafios no campo da intervenção social, designadamente pela exigência que faz de articulação entre estratégias de tipo diferenciado, embora de esperada convergência.

O Decreto-Lei nº 115 de 2006, que regulamenta a Rede Social propõe na sua introdução que a acção local tenha cada vez mais em atenção o conjunto de Planos, Medidas e Programas nacionais e comunitários.¹⁶

O PDS deve integrar orientações desde as iniciativas comunitárias a outros programas a nível nacional, regional e local com vista atingir acções devidamente integradas para o desenvolvimento local.

Pretende-se que a intervenção territorial com o PDS de Esposende seja uma intervenção integrada, a vários níveis, através da articulação com as propostas nos planos a nível nacional e regional,

¹⁶ «Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e acções definidas nos diferentes documentos de planeamento, tais como o Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com especial enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável» (Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho).

assim como da articulação com as intervenções concelhias para que a acção seja cada vez mais concertada.

Deste modo, as opções estratégicas assumidas para o concelho de Esposende devem, por uma questão de integração, estar em concordância com o que são as prioridades nacionais, regionais e em consonância com outros instrumentos de intervenção locais existentes.

Atendendo a que são vários os planos e programas orientadores da intervenção, e que apresentá-los todos seria muito exaustivo, procurou-se identificar a nível nacional, os que mais directamente se relacionam com a intervenção social, destacando-se apenas alguns.

Do levantamento do vasto conjunto de iniciativas para o período 2008-2013, elaborou-se um Referencial Estratégico, construído a partir da análise dos vários programas, com o conjunto de áreas, metas, acções-tipo e instrumentos considerados pertinentes à luz do conceito alargado de desenvolvimento social e no âmbito da acção local.

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é o documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia.

A estrutura operacional para o QREN está estruturada segundo três grandes temas de intervenção: factores de competitividade, potencial humano e valorização territorial.

«O Quadro de Referência Estratégico Nacional assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas» (RCM nº 86/2007, de 3 de Julho). A prossecução deste grande desígnio estratégico é assegurada pela concretização com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013.

Quadro 25. Prioridades, Princípios e Agendas Temáticas do QREN 2007-2013

Prioridades Estratégicas - Promoção da qualificação dos portugueses e das portuguesas; - Promoção do crescimento sustentado; - Garantia de coesão social; - Promoção da qualificação do território e das cidades; - Aumento da eficiência da governação.
Princípios Orientadores - Prioridade à concentração num pequeno número de Programas Operacionais, assegurada através da sua estruturação temática e da respectiva dimensão financeira; - Garantia da selectividade nos investimentos e acções de desenvolvimento a financiar, concretizada por critérios rigorosos de selecção e de hierarquização de candidaturas; - Maximização da viabilidade económica e da sustentabilidade financeira das actuações dirigidas à satisfação do interesse público; - Prossecução da coesão e valorização territoriais, potenciando os factores de desenvolvimento científico e tecnológico, de progresso económico, sócio-cultural e ambiental específicos de cada região e contribuindo para um desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado; - Exercício consistente da gestão e monitorização estratégica das intervenções.
Agendas Temáticas - Agenda para o Potencial Humano, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena; - Agenda para os Factores de Competitividade, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo; - Agenda para a Valorização do Território que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

No que respeita à coesão social, o QREN sustenta que as políticas sociais deverão assegurar a remoção dos factores responsáveis pela geração de situações de exclusão social e atenuar os riscos de pobreza e de exclusão social que a rápida transformação da actividade económica comporta. Para tal, importa valorizar o desenvolvimento de abordagens multidisciplinares e territorializadas que dêem expressão à perspectiva de coordenação e integração de políticas sublinhada pelo Plano Nacional de Acção para a Inclusão e pelo Plano Nacional para a Igualdade. Daí que as prioridades do PNAI, na operacionalização de diversas das suas medidas, se cruzem com as prioridades e princípios do QREN.

A prioridade estratégica *Garantir a Coesão Social* reconhece o carácter central que o emprego assume enquanto elemento integrador na vida social, bem como a necessidade de promover políticas activas que visem a minimização das diversas manifestações da pobreza e dos processos de exclusão, o que implica em particular uma atenção especial aos grupos sociais mais vulneráveis. A promoção das qualificações é assumida como recurso nuclear das estratégias de inclusão, uma vez que ela é fundamental para potenciar os níveis de empregabilidade e de participação cívica dando expressão a um pleno exercício de direitos e deveres. Reconhece igualmente a centralidade que deve assumir a promoção da igualdade de oportunidades, nomeadamente entre homens e mulheres.

As subprioridades estratégicas que integra configuram os grandes objectivos a alcançar no domínio: a manutenção de níveis elevados de emprego e de redução do desemprego, designadamente o de longa duração; a qualificação do emprego; a igualdade de oportunidades; a igualdade de género; a valorização da saúde como factor de produtividade e de inclusão social; a minimização dos efeitos dos processos de exclusão social e a promoção de estratégias activas de inclusão de grupos desfavorecidos; a integração das pessoas com deficiências e o desenvolvimento sócio-cultural.

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

O Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, no Artigo 36º, estipula a articulação do PDS com o PNAI, nos seguintes termos: «o PDS é um plano estratégico que se estrutura a partir dos objectivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS» (nº1, artigo 36º, Decreto-Lei nº 115/2006).

Quadro 26. Prioridades do PNAI 2006-2008

1. Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania
Garantir a realização dos direitos das crianças e dos idosos, no que se refere ao acesso a bens e serviços com qualidade, constitui um dos pilares fundamentais na construção da cidadania social em Portugal. O conjunto de metas e medidas propostas procura articular uma dupla estratégia de resposta ao objectivo de promoção de direitos e de protecção social das crianças e dos idosos. Partindo do princípio que as problemáticas que estes grupos enfrentam não podem ser isoladas do contexto em que se inserem, as medidas centram-se nos níveis preventivo e reactivo.
2. Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação
As medidas de política para esta prioridade específica traduzem a necessidade de uma acção concreta de correcção de situações de grande vulnerabilidade estrutural em termos das qualificações formais dos diferentes grupos alvo, nomeadamente através do seu reforço, mas também da promoção do reconhecimento e validação de um conjunto de qualificações informais adquiridas pelos cidadãos.
3. Ultrapassar as discriminações, reforçando nomeadamente a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes
Garantir a efectivação dos direitos das pessoas sujeitas a discriminação constitui uma condição fundamental para a concretização de uma sociedade democrática, baseada na dignidade das pessoas, o que justifica a atenção à população com deficiência, aos imigrantes, às minorias étnicas e às vítimas de tráfico de seres humanos, entre outros grupos onde pesa também a discriminação.

O PNAI 2006-2008, enquanto instrumento estratégico de planeamento transversal e integrador dos vários actores e sectores, constitui um instrumento que visa actuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre as suas manifestações, intervindo nas estruturas formais, envolvendo o conjunto dos actores pertinentes dos diversos sectores da administração central e local e da sociedade civil.

Segue-se um quadro-síntese das visões, desígnios e vocações territoriais dos vários instrumentos de planeamento nacionais.

Quadro 27. Visões, desígnios e vocações territoriais

Programa	Visões, desígnios e vocações territoriais
PNAI 2006-2008	Pretende-se que constitua um instrumento capaz de contribuir para que a pobreza e a exclusão social, fenómenos do passado e ainda do presente possam, com maior eficácia, reverter-se no futuro, a caminho de uma sociedade portuguesa mais justa, socialmente mais coesa e com maior desenvolvimento sustentável.
PNS 2004-2010	O Plano Nacional de Saúde 2004 - 2010 define orientações estratégicas com a finalidade de sustentar, política, técnica e financeiramente, uma vontade nacional, dando-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e intercolaboração dos múltiplos sectores que contribuem para a saúde.
QREN 2007-2013	O Quadro de Referência Estratégico Nacional assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.
PNE 2005-2008	Atrair e reter um maior número de pessoas na situação de emprego, aumentar a oferta de mão-de-obra e modernizar os sistemas de protecção social. Cinco desafios: 1. Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego. 2. Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial. 3. Promover a flexibilidade com segurança no emprego. 4. Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa. 5. Modernizar o sistema de protecção social.
PNPOT 2025	As políticas de ordenamento e desenvolvimento do território deverão ter a ambição de contribuir de forma inovadora e duradoura para que Portugal seja: - Um espaço sustentável e bem ordenado; - Uma economia competitiva, integrada e aberta; - Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar; - Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.
PT	Três eixos de acção: - Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento; - Vencer o atraso científico e tecnológico; - Imprimir um novo impulso à inovação.
Educação e Formação na Europa 2010	Tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social (objectivo estratégico da União Europeia para 2010). Metas: - Aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação na UE; - Facilitar o acesso de todos aos sistemas de educação e de formação; - Abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação.
PAIPDI 2006-2009	Os objectivos constantes do Plano consubstanciam-se nos seguintes vectores: - Promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania; - Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais; - Acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos; - Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade; - Qualificação dos recursos humanos/formação dos profissionais e conhecimento estratégico.
ENDS 2005-2015	O grande desígnio que enforma a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável é o de fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social. Domínios estratégicos: - Garantir o desenvolvimento integrado do território; - Melhorar a qualidade do ambiente; - Assegurar uma Produção e consumo sustentáveis; - Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento.

Segue-se o cenário do Referencial Estratégico, construído a partir da análise dos vários programas, com o conjunto de áreas, metas, acções-tipo e instrumentos, bem como a apresentação de uma bateria de indicadores que alimentará o sistema de monitorização e avaliação dos Programas, considerados pertinentes à luz do conceito alargado de desenvolvimento social e no âmbito da intervenção local.

As articulações estão ancoradas a três eixos estruturadores do PDS, a saber:

- Coesão social
- Educação, Formação, Qualificação e Emprego
- Governação e Território

1. Coesão social

1.1. Crianças e jovens

Objectivos da intervenção (PNAI):

- Reduzir e qualificar a institucionalização de crianças e jovens.
- Reforçar a protecção de crianças e jovens em risco.
- Aumentar a cobertura e qualificar os equipamentos e serviços sociais para crianças e jovens, diminuindo as situações de privação.
- Alargar a taxa de cobertura do pré-escolar até 2009.
- Ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos, às necessidades das famílias.

Quadro 28. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Crianças e Jovens

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
- Estabelecer 100 protocolos com vista a abranger 4000 famílias, até 2008 - Promover a desinstitucionalização de 25% de crianças e jovens, até 2009 - Avaliar 100% da rede de lares e melhorar aqueles que revelem necessidades de qualificação, até 2009	Plano DOM (plano de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, para incentivar a melhoria contínua na promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas) (MTSS)	- N.º de protocolos estabelecidos; - N.º de famílias abrangidas; - % de Lares com Plano DOM; - % de crianças e jovens em desinstitucionalização.
Abranger 3000 famílias, até 2008	Programa de intervenção com famílias de crianças e jovens abrangidas por medidas de protecção (formar e qualificar famílias com crianças e jovens abrangidas por medidas de promoção e protecção em meio natural de vida) (MTSS)	- N.º de famílias abrangidas
- Reforçar, até 2006, as equipas: 128 técnicos a tempo inteiro; 340 professores a tempo parcial - Constituir mais 40 CPCJ, até 2008	Comissões de Protecção de Crianças e Jovens - CPCJ (MTSS)	- N.º de CPCJ instaladas; - N.º de protocolos celebrados e operacionalizados com as entidades representadas na CNPCJR; - N.º de técnicos colocados para apoio às comissões; - N.º de acções de formação promovidas e implementadas.
Garantir que 100% das Escolas do 1.º Ciclo ofereçam a todas as crianças uma refeição escolar equilibrada, até 2008	Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (ME)	- N.º de crianças abrangidas - Taxa de cobertura
Aumentar em 50% a capacidade instalada em creches (atingir o compromisso de Barcelona: 33%), criando 37 000 novas vagas, até 2009 e 6 000 novas vagas em 2008	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - PARES (MTSS)	- N.º de novos equipamentos - N.º de lugares criados
Alargar e racionalizar a rede de equipamentos pré-escolar, até 2008, aumentando as taxas de cobertura para: 95% - 5 anos; 85% - 4 anos; e 85% - 3 anos	Rede de equipamentos pré-escolar (ME)	- Taxa de cobertura
- Alargar o horário escolar até às 17:30h em 100% das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico com oferta de actividades de enriquecimento curricular, até 2008 - Generalizar o inglês e o estudo apoiado no 3.º e 4.º anos de escolaridade a todas as crianças, até 2008 - Formar 500 professores de Inglês para leccionar no 1.º Ciclo do Ensino Básico, até 2007	Escola a Tempo Inteiro – Actividades de enriquecimento curricular (1.º ciclo do Ensino Básico) (ME)	- N.º de escolas abrangidas, por tipo de actividade; - N.º de alunos abrangidos; - Taxa de cobertura; - N.º de alunos por tipo Actividade; - N.º de concelhos abrangidos; - N.º de protocolos estabelecidos; - N.º professores abrangidos.
Financiar, até 2008, 110 projectos de apoio à educação, formação (TIC, ...), ocupação de tempos livres da população infantil e jovem de bairros carenciados	Programa Escolhas (PCM)	- N.º de projectos financiados, por medida; - N.º de territórios abrangidos, por medida; - N.º pessoas abrangidas, por sexo, grupo etário e nacionalidade, segundo a medida.

Metas estratégicas do Plano Nacional de Emprego 2005-2008

- Garantir que 100% das crianças de 5 anos frequentem em 2009 a educação pré-escolar (85% em 2004), visando chegar a 2010 com uma cobertura de 90% das crianças entre os 3 e os 5 anos.
- Assegurar, até 2010, que 35% das crianças entre os 0 e os 3 anos são cobertas por serviços de cuidados a crianças (30% em 2008), aumentando para o efeito em 50% os lugares em creches ao longo da legislatura.
- Generalizar o ensino do inglês desde o primeiro ciclo do ensino básico, prevendo cobrir 100% dos alunos do 3º e 4º anos desse ciclo do ensino básico em 2009.
- Alargar o horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo, devendo atingir todas as escolas em 2009.

Metas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)

Garantir a frequência da educação pré-escolar a 95% das crianças entre os 3 e os 5 anos em 2010 (actual: 78%)

1.2. Pessoas Idosas

Objectivos da intervenção (PNAI):

- Melhorar as condições de rendimento das pessoas idosas.
- Aumentar a cobertura e qualificar as respostas sociais para pessoas idosas.
- Promover a melhoria das condições de vida das famílias que integram idosos e pessoas dependentes (Rede de Cuidados Continuados Integrados).
- Criar uma rede de voluntariado.

Quadro 29. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Pessoas Idosas

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Garantir a todos os idosos, com 65 e mais anos e com baixos recursos, uma prestação monetária extraordinária com vista a aumentar os seus rendimentos globais para um patamar mínimo de 4200€/ano (a preços de 2006).	Complemento Solidário para Idosos - CSI (MTSS)	- N.º de beneficiários, por sexo, idade e tipologia Familiar; - Montante de CSI médio
Criar 19 000 vagas em Lares para Idosos e Serviços de Apoio Domiciliário, até 2009 e 5 750, até 2008	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - PARES (MTSS)	- N.º de Lugares criados, por tipo de resposta/serviço - N.º de pessoas idosas abrangidas, por tipo de resposta/serviço
Criar até 2008: (a) 997 camas de convalescença em unidades para a prestação de cuidados de saúde de curta duração; (b) 1139 camas em unidades com vista a prestação de cuidados de saúde de média duração e de reabilitação; (c) 2720 camas em unidades para a prestação de serviços de apoio e internamento de longo prazo; (d) 814 Unidades de área de dia/promoção da autonomia; (e) 326 de camas para cuidados paliativos.	Rede de Cuidados Continuados Integrados (MS/MTSS)	- N.º camas contratualizadas - N.º unidades de área de dia/promoção da autonomia contratualizadas - N.º unidades de camas dedicados aos cuidados paliativos contratualizadas
Garantir a intervenção organizada em pelo menos metade dos concelhos do país, até 2008	Voluntariado (MTSS)	- N.º de voluntários - N.º de pessoas abrangidas pelo voluntariado, por concelho

Outros instrumentos de Planeamento - Orientações

Orientações do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (Vol. II)

- Adequar os cuidados prestados às pessoas idosas.

«O aumento progressivo da esperança média de vida e o aumento de pessoas vítimas de acidentes ou com patologias de evolução prolongada, e potencialmente incapacitantes, criam novas necessidades de cuidados de saúde em situação de dependência, exigindo habitualmente uma forte componente de apoio psico-social, a que se deu a designação de cuidados continuados» (PNS: 159).

Os cuidados continuados destinam-se a criar respostas adequadas que satisfaçam as necessidades de cuidados de saúde decorrentes de situações de dependência, resultantes de doença de evolução prolongada, que se estima virem a aumentar nas próximas décadas.

A Rede de Cuidados Continuados é constituída pelas entidade públicas, sociais e privadas, habilitadas à prestação de cuidados de saúde destinados a promover, restaurar e manter a qualidade de vida, o bem-estar e o conforto dos cidadãos necessitados dos mesmos, em consequência de doença crónica ou degenerativa, ou por qualquer outra razão física ou psicológica susceptível de causar a sua limitação funcional ou dependência de outrem, incluindo o recurso a todos os meios técnicos e humanos adequados ao alívio da dor e do sofrimento, a minorar a angústia e a dignificar o período terminal da vida.

As orientações estratégicas e intervenções necessárias neste domínio, no PNS, são as seguintes:

- desenvolver uma correcta articulação com as entidades referenciadoras (hospitais ou centros de saúde da área geográfica) e com os serviços responsáveis pela continuidade dos cuidados (Unidade de Internamento, Unidade de Recuperação Global e Unidade Móvel Domiciliária);
- incrementar a ligação dos serviços prestadores de cuidados de saúde do SNS e das IPSS.

1.3. Habitação

Objectivo da intervenção é promover a melhoria do acesso e as condições de habitação das famílias (PNAI).

Quadro 30. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Habitação

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Abranger anualmente, até 2008, 3200 agregados familiares ao abrigo do PCHCC	Programas de apoio à Construção de Habitação a Custos Controlados – PCHCC (MAOTDR)	- N.º de fogos contratados; - N.º de agregados familiares abrangidos
Concluir anualmente, até 2008, 3.500 fogos, abrangendo 3 500 agregados familiares, ao abrigo do PER	Programa Especial de Realojamento – PER (MAOTDR)	- N.º de fogos contratados; - N.º de agregados familiares abrangidos
Abranger 10 000 arrendatários, até 2008	Subsídios de Renda, criados no âmbito do Novo Regime de Arrendamento Urbano - NRAU (MAOTDR)	N.º de beneficiários, por sexo
Apoio no acesso à habitação e melhoria das condições de habitação de 1000 famílias/ano	Porta 65 – Gestão Habitacional e Arrendamento do Parque Público (MAOTDR)	N.º de famílias apoiadas
Prosseguir as acções tendo em vista a resolução das carências habitacionais das famílias, com a contratação de 1000 fogos/ano.	PROHABITA (MAOTDR)	Nº de fogos contratados

Metas estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para o Portugal 2025

Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.

Metas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)

Promover o mercado de arrendamento da habitação através da penalização fiscal dos fogos devolutos.

1.4. Precariedade económica

Objectivo da intervenção a nível da política social do RSI é o de melhorar o rendimento das famílias mais fragilizadas (PNAI)

Quadro 31. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Precariedade Económica

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Garantir que 90% dos beneficiários do RSI estabeleçam acordos de inserção, até 2008	Rendimento Social de Inserção - RSI (MTSS)	- N.º de agregados beneficiários; - N.º de acordos de inserção assinados

Orientações estratégicas e intervenções necessárias do PNS 2004-2010:

- Melhorar os cuidados prestados aos doentes em situação de exclusão social.

Metas estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para o Portugal 2025

Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos. (Objectivo específico)

Medidas prioritárias:

- Desenvolver um planeamento participado e reforçar a oferta de equipamentos de solidariedade e acção social, por forma a responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais, nomeadamente, da infância e juventude, da população idosa, dos deficientes e de outros grupos vulneráveis, contribuindo para a promoção da equidade, da inclusão social e de uma resposta concertada de apoio às famílias (2007-2013).
- Desenvolver intervenções integradas de base territorial de combate à pobreza e à exclusão social, em parceria Estado, Autarquias e Instituições públicas e privadas, promovendo acções que contribuam para o desenvolvimento e qualificação de grupos excluídos socialmente ou com necessidades de apoio específico, nomeadamente imigrantes (2007-2013).
- Reforçar o desenvolvimento das Redes Sociais, através da consolidação e alargamento das parcerias a nível local e do aprofundamento da abordagem estratégica, articulando-as, nomeadamente, com os instrumentos de gestão territorial (2007-2013).

Metas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)

Diminuir o número de Portugueses afectados pela pobreza e exclusão social

1.5. Deficiência

Objectivo da intervenção (PNAI):

- Promover a melhoria das acessibilidades e informação.
- Reforçar o acesso à formação e ao emprego.
- Melhorar e diversificar a protecção social às pessoas com deficiência, através da adequação das prestações e no reforço da rede de equipamentos e serviços sociais de apoio.
- Melhorar e diversificar a protecção social às pessoas com deficiência, através do reforço da rede de equipamentos e serviços sociais de apoio.

Quadro 32. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Deficiência

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
- Criar e implementar nos 18 Distritos um Serviço de Informação e Mediação, até 2009 - Assegurar o funcionamento de uma Unidade de Coordenação Nacional dos SIM-PD, até 2008	Rede de Serviços de informação e mediação para pessoas com deficiências - SIM-PD (MTSS)	- N.º de SIM PD criados - N.º de atendimentos efectuados por Distrito, por sexo - Existência de uma Unidade de Coordenação Nacional
Promover a integração de 45 864 pessoas com deficiência em acções de formação e integração profissional, até 2008	Programa de formação Profissional e Emprego de pessoas com deficiência (MTSS)	- N.º de pessoas abrangidas em acções de formação; - N.º de pessoas colocadas no mercado de trabalho; - N.º de pessoas que criaram auto-emprego.
- Aprovar os diplomas legais, até 2007 - Criar, até 2007, uma base de dados nacional com informação sobre as crianças e atendimento em matéria de intervenção precoce; - Aumentar, até 2008, em 15% o número de crianças (0 aos 3 anos) a atender no Sistema intervenção precoce, cobrindo cerca de 5 000 crianças (SNRIPD) - Abranger 150 Concelhos com o Programa integrado de Intervenção Precoce, até 2008 (MS)	Modelo Nacional de Intervenção Precoce (MTSS)	- Base de dados criada; - N.º de concelhos com Equipas de Intervenção Directa; - N.º de crianças/ famílias apoiadas dos 0 os 3 e dos 3 aos 6 anos, por sexo, em cada concelho.
Aumentar o n.º de lugares em equipamentos para pessoas com deficiência: 1850 em 2009 e 650 em 2008	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) (MTSS)	- N.º de novos equipamentos; - N.º de Lugares criados

Orientações do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009

Acessibilidade A promoção da acessibilidade ao meio edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e da comunicação, a par da mudança de atitudes da população em geral, é uma condição indispensável ao exercício dos direitos de cidadania e uma garantia à participação na vida social, económica, cultural e política. Educação Em matéria de educação, um dos maiores desafios é o de a escola dar resposta às necessidades de todos os alunos, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, étnicas e culturais, valorizando assim as diferenças, sejam quais forem as suas origens e manifestações.

1.6 Precariedade de Competências

Objectivo da intervenção - promover iniciativas de enfoque territorial dirigidas a grupos e territórios em risco e/ou situação de exclusão (PNAI).

Quadro 33. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Precariedade de Competências

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Desenvolver 73 projectos, até 2008	Programa para a Inclusão e para o Desenvolvimento - PROGRIDE (MTSS)	- N.º de Projectos em execução; - N.º de pessoas abrangidas, por medida
Estabelecer 30 Contratos de Desenvolvimento Social, até 2008	Contratos de Desenvolvimento Social - CDS (MTSS)	- N.º de contratos firmados; - N.º de pessoas abrangidas

1.7. Igualdade de género

As mulheres continuam a ser especialmente vulneráveis ao fenómeno da pobreza. Esta situação deve-se sobretudo à falta de formação qualificante, aos baixos salários, à precariedade do trabalho e ao facto de muitas mulheres exercerem um tipo de trabalho não remunerado, nomeadamente o trabalho doméstico, o que resulta numa menor protecção social. Estes factores reforçam a vulnerabilidade das mulheres à pobreza e exclusão social.

«É fundamental garantir uma maior participação feminina em todos os níveis da decisão política, social e económica, a fim de garantir por um lado que a sociedade em geral beneficie com a sua perspectiva; e, por outro, que os seus interesses e necessidades estejam representados.» (PNI: 34)

1.8 Toxicodependência e Alcoolismo

Orientações do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (Vol. II)

Orientações estratégicas e intervenções necessárias: - Intervir no abuso e dependência de álcool. - Prevenir o consumo excessivo de álcool. - Prevenir o consumo de drogas ilícitas. Programas Nacionais a desenvolver: - Programa Nacional de Prevenção dos Problemas Ligados ao Álcool Entidade responsável: DGS/CRA - Programa Nacional de Prevenção do Consumo de Drogas Ilícitas Entidade responsável: DGS/IDT

Metas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)

Diminuir a população afectada pela toxicodependência Diminuir a população afectada pelo alcoolismo
--

1.9 Doença mental

Saúde Mental e Doenças Psiquiátricas

Orientações do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (Vol. II)

Orientações estratégicas e intervenções necessárias:

- Desenvolver uma abordagem abrangente em saúde mental;
- Melhorar a informação sobre doenças mentais;
- Incentivar acções de luta contra a depressão e melhorar a capacidade de intervenção para prevenir o suicídio;
- Melhorar as respostas disponíveis para a Esquizofrenia e outras perturbações psicóticas;
- Desenvolver uma abordagem abrangente do *stress*;
- Apostar na melhoria continuada do acesso e da qualidade dos cuidados prestados aos doentes mentais.

2. Educação, Formação, Qualificação e Emprego

2.1. Educação e formação

Objectivo da intervenção - ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos, às necessidades das famílias (PNAI).

Quadro 34. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Educação e Formação

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória a alunos até aos 15 anos de idade (inclusive) com insucesso escolar repetido ou risco de abandono escolar, até 2008	Percursos Curriculares Alternativos (ME)	- N.º de alunos envolvidos por ano de escolaridade, sexo e Idade; - N.º de escolas por tipologia; - N.º de turmas por ano de Escolaridade; - Taxa de assiduidade; - Taxa de abandono escolar; - Taxa de sucesso escolar.
Aumentar para 50% as vias profissionalizantes no total de jovens a frequentar cursos de nível secundário Até 2010, através das seguintes metas: - Alargar a oferta formativa de cariz vocacional nas escolas profissionais e secundárias públicas abrangendo, até 2007, 52.500 jovens (≥ 15 anos) e, até 2010, cerca de 127.500. - Abranger, até 2008, cerca de 475.000 jovens e, até 2010, cerca de 650.000 em formação profissionalizante de nível secundário. - Garantir que até 2010 será proporcionado a todos os jovens em risco de abandono sem cumprirem com sucesso a escolaridade obrigatória a integração em vias profissionalizantes que permitam concluir o 9º ano de escolaridade abrangendo para o efeito cerca de 75.000 jovens até 2008 e mais de 125.000 até 2010. - Reforçar a oferta de cursos profissionalizantes abrangendo 152.000 adultos ao nível do 9º e 12º ano, até 2008. - Expandir a Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), de modo a atingir 300 Centros em 2008. - Garantir que até 2008 cerca de 160.000 pessoas obtenham uma certificação de competências, através de processos RVCC.	Iniciativa Novas Oportunidades (ME/MTSS)	- Evolução do nº de cursos formativos de cariz vocacional nas escolas profissionais e secundárias; - N.º de jovens ≥ 15 anos sem o 9º ano de escolaridade que frequentam cursos formativos de cariz vocacional; - N.º de jovens abrangidos em cursos profissionalizantes; - N.º de adultos em cursos profissionalizantes de dupla certificação (escolar e profissional); - N.º de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências em funcionamento; - N.º de adultos certificados através de processos RVCC.

Metas estratégicas do Plano Nacional de Emprego 2005-2008

- Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário.
- Reduzir a saída escolar precoce das pessoas com 18-24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2010.
- Tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos.
- Aumentar a proporção de pessoas de 22 anos com o ensino secundário, de 49% em 2004, para 65% em 2010.
- Abranger 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionais de nível secundário até 2010, prevendo-se abranger 365 mil até 2008.
- Aumentar a taxa de participação da população dos 25 aos 64 anos em acções de educação e formação de 4.8% em 2004, para 12.5% em 2010.

Metas estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para o Portugal 2025

Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos, e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior.

Metas estratégicas do Plano Tecnológico

- Qualificar um milhão de activos até 2010;
- Abranger até 2010 em cursos de dupla certificação ao nível do 12º ano de escolaridade mais de 650.000 jovens;
- Permitir que em 2010 o número de jovens abrangidos pelas vias profissionalizantes corresponda a metade do total de jovens a cumprir o ensino secundário;
- Aumentar para 15% a população em idade activa com diploma do ensino superior;
- Garantir que, no escalão etário dos 20-24 anos, 65% da população termina o ensino secundário.

Metas estratégicas do Programa Educação e Formação na Europa para 2010

- Melhorar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação na EU:
- Melhorar a educação e a formação dos professores e dos formadores;
 - Desenvolver as competências necessárias à sociedade do conhecimento;
 - Aumentar o número de pessoas que fazem cursos técnicos e científicos;
 - Optimizar a utilização dos recursos.

Metas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)

- Aumentar a taxa das pessoas (com 22 anos ou +) com o nível secundário para 65% em 2010 e para 90% em 2015 (actual: 40%).
- Aumentar para 50% o número de pessoas entre os 25 e os 64 anos com 12 anos de educação formal em 2015 (actual: 20%; média europeia: 60%).
- Reduzir para metade os níveis de abandono e saída precoce do sistema educativo em 2010 (taxa de Abandono Escolar Actual: 2,7%; taxa de Saída Precoce Actual: 44,8%)

2.2. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida

Quadro 35. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Aprendizagem ao Longo da Vida

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Abranger 153 000 pessoas em idade activa em acções de formação e integração profissional, até 2008	Programa de intervenção Mercado de Trabalho Inclusivo (formar e certificar escolar e profissionalmente pessoas adultas em idade activa com baixa escolaridade e qualificações, no sentido da promoção da empregabilidade (MTSS))	- N.º de pessoas abrangidas em acções de formação; - N.º de pessoas colocadas no mercado de trabalho.

Orientações do Plano Nacional de Emprego 2005-2008

Aposta na expansão e melhoria da qualidade da formação técnico profissional dos jovens e também no alargamento das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para os adultos, quer pela via de formações de dupla certificação, de maior duração, quer pelo reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, quer ainda pela frequência de acções de formação de curta duração, no quadro designadamente do cumprimento do direito instituído no Código do Trabalho de todos os trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação. Metas estratégicas: - Qualificar 1 milhão de activos até 2010, dos quais 435 mil até 2008, através de cursos de educação e formação ou do reconhecimento, validação e certificação de competências. - Expandir a Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de modo a atingir 300 Centros em 2008 e 500 em 2010.

Metas estratégicas do Plano Tecnológico

Aumentar para 12,5% a percentagem da população envolvida em acções de formação ao longo da vida.
--

Metas estratégicas do Programa Educação e Formação na Europa para 2010

Facilitar o acesso de todos aos sistemas de educação e de formação, à luz do princípio orientador da aprendizagem ao longo da vida, do fomento da empregabilidade e do desenvolvimento das carreiras, assim como da cidadania activa, igualdade de oportunidade e coesão social: - Ambiente aberto de aprendizagem; - Tornar a aprendizagem mais atractiva; - Apoiar a cidadania activa, a igualdade de oportunidades e a coesão social.

2.3. Qualificação e Emprego

Objectivo da intervenção - facilitar o acesso às oportunidades de qualificação e emprego.

Quadro 36. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Qualificação e Emprego

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Favorecer a integração de 153 000 pessoas desempregadas em acções de formação e emprego, até 2008	Programa de Intervenção Mercado de Trabalho Inclusivo (MTSS)	- N.º de pessoas inseridas no mercado de trabalho, por sexo; - N.º de pessoas abrangidas em acções de formação, por sexo
Alargar as medidas de micro-crédito ao território nacional, até 2007 Abranger 5000 pessoas em iniciativas de microcrédito,	Micro-crédito (MTSS)	N.º de beneficiários abrangidos, por sexo

Metas estratégicas do Plano Nacional de Emprego 2005-2008

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010.
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008.
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.
- Garantir que os candidatos a emprego na União Europeia podem consultar todas as ofertas de trabalho publicitadas nos serviços de emprego dos diferentes Estados Membros.
- Abranger por ano 25.000 jovens qualificados em Estágios Profissionais até 2009.
- Garantir, até 2010, que, anualmente, pelo menos 25% dos desempregados de longa duração deverão participar numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade.
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar seis (jovens) ou doze (adultos) meses de desemprego, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a sua empregabilidade, antecipando-se esse prazo para 3 meses no caso dos jovens menores de 23 anos sem o 12º ano de escolaridade.

3. Governação e capacitação institucional

A promoção de uma boa governação, assenta na melhoria da coordenação política entre os diferentes Ministérios e estruturas do Estado envolvidas na concepção, implementação e monitorização das políticas com impacte na Inclusão Social; na simplificação das políticas e medidas de política existentes; no reforço da mobilização e participação de todos os actores aos diferentes níveis de intervenção; na melhoria do acesso à informação dos cidadãos.

A parceria da Rede Social pela abrangência de entidades que possui, desde serviços desconcentrados do Estado, às organizações de solidariedade, outras organizações privadas e cidadãos, contribui também para uma mais efectiva mobilização e envolvimento de todos os actores, aos diversos níveis locais, incluindo as populações.

3.1. Governação e Capacitação Institucional

Quadro 37. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Governação e Capacitação Institucional

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
Construir e aplicar o Novo Modelo de Cooperação, até 2007, com base no princípio da diferenciação positiva	Novo Modelo de Cooperação (MTSS)	Nº utentes de equipamentos e serviços abrangidos pelo novo modelo de financiamento

3.2. Sociedade de Informação

Objectivo da intervenção - Garantir o acesso generalizado à banda larga e Internet, promovendo a literacia digital.

Quadro 38. Metas e Acções-Tipo/Instrumentos do PNAI – Temática Sociedade de Informação

Metas	Acções-Tipo/Instrumentos	Indicador(es)
- Disponibilizar a todo o território o serviço de banda larga, até 2006 (MOPTC) - Aumentar para mais 50% o n.º de agregados familiares com acesso à Internet em banda larga, até 2010 (MCTES)	Ligar Portugal em banda larga (MOPTC / MCTES)	- Evolução anual da taxa de cobertura do território nacional em banda larga; - Taxa de penetração da Banda Larga; - N.º agregados com acesso à Internet em banda larga
Duplicar, até 2008, os espaços públicos de acesso à Internet nos municípios, com apoio de monitores, garantindo pelo menos um espaço público gratuito em cada concelho do país	Espaços Internet nos Concelhos (MCTES)	- N.º de espaços Internet criados; - N.º de Concelhos abrangidos

Metas estratégicas do Plano Nacional de Emprego 2005-2008

- Aumentar o número de empregos do sector das TIC para 3% do total do emprego até 2010 (representando cerca de 44.000 novos empregos). - Aumentar, até 2010, para pelo menos 40% a percentagem de trabalhadores que utilizam computadores ligados à Internet no emprego (19% em 2004).

Metas estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para o Portugal 2025

- Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública. (Objectivo estratégico) Objectivos específicos: - Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efectiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). - Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.

Metas estratégicas do Plano Tecnológico

Infra-estruturas e acessos: - Duplicar os utilizadores regulares da Internet, que deverão ultrapassar 60% da população portuguesa, até 2010; - Triplicar o número de agregados familiares com acesso à Internet em banda larga até 2010; - Multiplicar o número de computadores nas escolas, de forma a atingir a proporção média de um computador por cada 5 estudantes até 2010. Criação de emprego qualificado: - Aumentar a percentagem de trabalhadores que utilizam computadores ligados à Internet no emprego para pelo menos 40%; - Aumentar a utilização de comércio electrónico de forma regular para pelo menos 25% da população; - Assegurar a disponibilização on-line de todos os serviços públicos básicos.
--

Metas estratégicas do Programa Educação e Formação na Europa para 2010

Melhorar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação na UE, à luz dos novos requisitos da sociedade do conhecimento e das mudanças registadas no ensino e na aprendizagem: - Assegurar que todos possam ter acesso às TIC.

3.3. Desenvolvimento Urbano e Regional

Metas estratégicas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para o Portugal 2025

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais (objectivo estratégico).

Objectivos específicos:

- Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas.
- Estruturar e desenvolver as redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.
- Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas.
- Promover um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas.

Desafios, objectivos e metas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015(ENDS)

Desafios

- Reforçar a Sintonia com a Dinâmica do Comércio Internacional, Através de um Reforço da Atractividade;
- Fixar Talentos e Qualificar Recursos Humanos;
- Utilizar Plenamente as Oportunidades Abertas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Valorizar e Proteger as Dimensões Estratégicas dos Territórios;
- Assegurar a Protecção Ambiental, Gerando Novas Actividades;
- Ser Flexível na Organização Social, sem Comprometer a Coesão Social;
- Gerir Riscos, Gerando Poupanças para Investimento Reprodutivo.

Objectivos

- Qualificação dos Portugueses em Direcção à Sociedade do Conhecimento;
- Economia Sustentável, Competitiva e Orientada para Actividades do Futuro;
- Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente e do Património Natural;
- Organização Equilibrada do Território que Valorize Portugal no Espaço Europeu e que Proporcione Qualidade de Vida;
- Dinâmica de Coesão social e de Responsabilidade Individual;
- Papel Activo de Portugal na Cooperação Global.

Metas globais transversais

- Colocar Portugal, em 2015, num patamar de desenvolvimento económico claramente mais próximo da média europeia;
- Colocar Portugal, em 2015, entre os primeiros quinze países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento);
- Colocar Portugal, em 2015, entre os primeiros vinte e cinco países mais competitivos do Mundo.

PARTE 3 - PLANIFICAÇÃO

1. Plano de Desenvolvimento Social - Um Projecto Estruturante

O Plano de Desenvolvimento Social para 2008-2013 articula-se com os diversos programas nacionais e regionais, com particular conexão com o Plano Nacional de Acção Para a Inclusão 2006-2008, e posiciona-se num horizonte temporal lato, por forma a concretizar o cenário proposto e de fazer com que o concelho de Esposende se consolide como um território de práticas em rede, norteado por resultados sociais que explicitem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O grande enfoque do PDS para 2008-2013 centra-se na promoção da melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos, criando e incentivando as condições da sua valorização individual e colectiva, a participação cívica e a cooperação inter-institucional, estimulando e despertando os valores da responsabilidade social individual, das instituições e de todas as entidades que contribuem com a sua actividade para o desenvolvimento sócio-económico do concelho.

Um dos reflexos negativos da evolução das sociedades actuais prende-se com o problema da pobreza e da exclusão social. O PDS pretende promover a operacionalização de um projecto integrado de combate à pobreza e à exclusão social. Ou seja, pretende-se que as estratégias de combate aos fenómenos da pobreza e exclusão social sejam entrecruzadas com a actuação de todo um leque de agentes envolvidos na luta contra estes fenómenos e na sua prevenção. Só através de uma acção colocada em rede, muito especialmente de uma rede local coordenada e dinâmica, em que imperem os princípios da participação e do partenariado, se conseguirá lidar com muitos problemas sociais, nomeadamente os relativos ao fenómeno complexo da exclusão social.

A Rede Social de Esposende assume-se como uma estrutura congregadora da intervenção na luta contra a pobreza e a exclusão social no concelho. Tal estrutura é composta por uma rede inter-institucional onde participam as várias entidades locais envolvidas neste tipo de acção, podendo ainda contar com a presença, esporádica ou contínua, de entidades nacionais fornecedoras de informação, financiamento ou de outro tipo de recursos, como consultoria técnica para monitorizar e avaliar a implementação e execução do projecto. A Rede Social permite congregar as redes locais de contactos e conhecimentos, com bases de ancoragem a solidariedades partilhadas.

O PDS tem inerente uma concepção de desenvolvimento que, ao contrário do crescimento meramente económico, é um processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de

vida da população, animado pela procura da solidariedade e justiça social e alimentado pela participação colectiva enquanto força de expressão comunitária e individual.

Para a implementação e monitorização do PDS, a Rede Social conta com a acção coordenada por parte dos parceiros locais, a qual implica uma corresponsabilidade dos agentes envolvidos quanto ao sucesso do conjunto da acção conduzida, pressupondo uma estratégia comum e consensual para a actuação.

Neste sentido, o êxito do PDS dependerá da incorporação por parte dos diversos parceiros das acções delineadas no presente Plano, nomeadamente, dos parceiros locais que desenvolvem actuação no campo da intervenção social, dos organismos (estatais) que dispõem de recursos centrais (nas áreas do emprego, da formação, do apoio social, da educação, da saúde, entre outras) e, finalmente, não só dos técnicos, mas também dos decisores responsáveis pela prossecução de acções concretas no terreno. Pretende-se que o tipo de intervenção posto em prática resulte de uma conjugação e coordenação de posições e acções.

Com uma intervenção em rede reforça-se «a ideia de que uma rede extensa e com nós importantes se torna incomensuravelmente mais eficaz do que a mera acção isolada e pontual no enfrentamento de problemas sociais» (Ruivo, 2000: 84). Ou seja, pretende-se uma articulação de esforços entre autarquias, outros organismos públicos, IPSS, outras associações locais, estabelecimentos de ensino e sociedade civil num trabalho partilhado, assumindo responsabilidades.

«As redes apresentam-se, pois, como um elemento narrativo fundamental da comunidade, um elemento básico a partir do qual os indivíduos interagem e a própria comunidade se estrutura» (Id. Ibid.: 139).

Com base nos memorandos de cada um dos workshops para o planeamento estratégico, no trabalho de análise e síntese da informação produzida e numa integração dinâmica dos conteúdos foi possível projectar a presente estratégia. Deste modo, o Plano de Desenvolvimento Social integra um conjunto de eixos estratégicos que estabelecem as directrizes e grandes opções estratégicas para o Concelho:

Eixo I - Intervenção Familiar Integrada;

Eixo II - Empregabilidade;

Eixo III - Capacitação Institucional;

Eixo IV - Serviços de Apoio à Família;

Eixo V - Centro de Recursos.

O Eixo da Intervenção Familiar Integrada apresenta-se como o eixo motriz do PDS, em torno do qual se desenrola a acção.

O PDS de Esposende tem um âmbito de duração de 6 anos e será operacionalizado mediante a execução dos Planos de Acção de carácter anual que executarão os objectivos definidos no PDS.

Os princípios metodológicos do planeamento são a participação e negociação inter institucional: as instituições são o centro do processo participativo de planeamento de modo a se apropriarem da visão de mudança produzida e construirão compromissos para a intervenção

Integração em níveis horizontais de decisão e execução: as instituições participam ao nível técnico na elaboração e construção da intervenção e ao nível da decisão para negociação e disponibilização de recursos e implicação.

Plano de Desenvolvimento Social – Um Projecto Estruturante

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Esposende assume a forma de um projecto estruturante.

No Projecto Estruturante a intervenção assenta na forma de projectos integrados multi dimensionais e multi institucionais que incidem nas problemáticas consideradas, na fase de diagnóstico, prioritárias para o desenvolvimento social.

O projecto estruturante pretende servir de alavanca para um salto qualitativo na intervenção provocando a convergência de respostas e recursos nas problemáticas prioritárias definindo um novo patamar de resposta.

O projecto incide sobre factores críticos – problemas chave – que determinam os impactos estruturais para o desenvolvimento social do concelho.

A dimensão estruturante pretende garantir que no Plano de Desenvolvimento Social se planeiem e inscrevam as intervenções adequadas à produção de mudanças na estrutura social do concelho, nomeadamente em relação à população em situação de desfavorecimento social.

Os princípios orientadores são a abrangência, multicausalidade, multidimensionalidade das problemáticas que sustentam a transversalidade do projecto e a respectiva integração institucional.

O planeamento do Plano de Desenvolvimento Social teve por referência as prioridades identificadas nos instrumentos de planeamento apresentados na parte dois do presente documento, referente à estratégia.

2. Fundamentação do Projecto

O Plano de Desenvolvimento Social pretende contribuir para melhorar a intervenção junto das famílias e dos cidadãos do concelho de Esposende, rentabilizando através de uma articulação efectiva os recursos disponíveis e criando respostas inovadoras para a intervenção.

O Plano de Desenvolvimento Social tem como objectivo apoiar as famílias e os cidadãos promovendo a sua autonomização, dotando-os de competências pessoais e sociais para o exercício de uma cidadania mais plena, participativa e responsável.

Com este objectivo criam-se condições estruturais para fortalecer a família, reconhecendo-a como elemento fundamental da sociedade, nomeadamente no desenvolvimento e qualificação de intervenções centradas a nível preventivo e reactivo, dirigidas prioritariamente às famílias mais vulneráveis, com vista à melhoria das suas condições de vida.

Trata-se de um projecto de intervenção, que assenta numa lógica integrada e participativa, enquanto processo que se orienta para a criação de condições que favoreçam o progresso social e económico duma comunidade.

Enquadra-se numa perspectiva eco sistémica, partindo do pressuposto de qualquer problemática que um individuo vive, não pode ser isolada dos contextos familiares, sociais, culturais e territoriais em que se inserem.

Deste modo, Plano de Desenvolvimento Social integra um conjunto de eixos estratégicos que estabelecem as directrizes e grandes opções estratégicas para o Concelho. Seguidamente apresenta-se a justificação de cada eixo de intervenção.

Eixo I - Intervenção Familiar Integrada

O Plano de Desenvolvimento Social prevê a constituição de uma equipa de intervenção familiar integrada. A complexidade das problemáticas em que se prevê intervir e as estratégias a aplicar, exige uma equipa multidisciplinar que possibilite a realização de diagnósticos individuais e familiares e a concepção e execução de um plano de intervenção adequada para cada caso, de modo a atingir os objectivos planeados.

A intervenção técnica será a nível da qualificação, nível pessoal, nível familiar, nível comunitário, pelo que é através do equilíbrio destes níveis que se poderá obter o sucesso do projecto.

A Intervenção Familiar Integrada resulta de uma necessidade acrescida de prestar um serviço de apoio social que facilite a plena autonomização socioeconómica das famílias no meio envolvente, evitando-se a multiassistência e sobreposições de intervenções. Baseando-se na mudança de valores, atitudes e modos de vida, a autonomização só alcançará resultados positivos com um trabalho continuado, rigoroso e abrangente a nível das várias áreas do social, por isso privilegia-se uma intervenção social e comunitária integrada, motivando a denominada cultura de rede e a multidisciplinaridade.

A equipa multidisciplinar será constituída por técnicos especializados em diferentes áreas de intervenção, no sentido de proporcionar à população em geral e a cada agregado em particular uma vivência quotidiana de qualidade e sempre direccionada para a autonomia, no que concerne à resolução dos seus problemas e à utilização dos recursos, quer individuais quer colectivos.

Trata-se, portanto, de efectivar uma intervenção integrada que dinamize iniciativas, desbloqueie barreiras ao desenvolvimento e que, para além da satisfação das necessidades mais evidentes, contribua para a promoção de um projecto integrado que contribua para o esbatimento de problemas de difícil formulação e resolução, nomeadamente os de natureza sociocultural e sociopsicológica. Os múltiplos problemas que afectam a população, associados às rápidas transformações socioeconómicas, familiares e culturais da sociedade actual, exigem uma dinâmica de reforço e adequação de respostas que propiciem uma melhoria de qualidade de vida.

No acompanhamento dos agregados em geral e de cada indivíduo em particular deverá ser privilegiado sempre o trabalho articulado com as várias instituições existentes (Centro Distrital de Segurança Social, Câmara Municipal de Esposende, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Centro de Saúde, Agrupamentos de Escolas e outras instituições e serviços).

O projecto de intervenção familiar integrado possibilita respostas intermédias de proximidade que garantem respostas personalizadas e integradas às famílias. Os vários actores sociais poderão vir assim a beneficiar de um relacionamento aberto e transparente onde a partilha de informação e estratégias de actuação assentes na inovação, criatividade, qualidade e responsabilidade social funcionem como motor de desenvolvimento de forma a estruturar mudanças e tomar atitudes que responsabilizem os indivíduos visando a sua autonomia.

O projecto de intervenção familiar integrada tem como objectivo a integração não do indivíduo em si mas de todo o seu meio familiar, orientando as famílias para a sua autonomização socioeconómica. Através deste Eixo Motriz de Intervenção pretende-se concretizar as seguintes acções:

- Constituir a equipa multidisciplinar;
- Realizar acções de formação para a qualificação dos técnicos em metodologias de intervenção familiar;
- Elaborar o documento/Protocolo de compromisso/Regulamento com as entidades;
- Criar a plataforma digital social de informação e comunicação.

Eixo II - Empregabilidade

O presente Eixo designa-se por Empregabilidade e surge no sentido de contribuir para melhorar as habilitações, qualificações, competências sociais e profissionais da população do concelho de Esposende, com o objectivo de reforçar a empregabilidade, rentabilizando-se através de uma articulação efectiva dos recursos disponíveis e dos que são necessários criar.

Neste sentido é importante que se crie uma estrutura de apoio ao projecto: o Clube de Empresários. Este Clube deve servir como um espaço de encontro de empresários para promover a análise do tecido empresarial do concelho, a troca de ideias e a divulgação de programas e de projectos. Este Eixo pressupõe também o levantamento das necessidades formativas, a orientação para resultados de integração dos formandos no mercado de trabalho; o enfoque no público-alvo; o desenvolvimento e envolvimento da equipa do projecto; a aprendizagem e melhoria contínua; o desenvolvimento de parcerias e a responsabilidade pública. A referência pressupõe que se contribua activamente para o desenvolvimento sustentável do concelho, de modo a conciliar a competitividade empresarial com a qualidade de vida e o próprio emprego.

O Plano de Desenvolvimento Social prevê o estabelecimento de um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades com vista a promover a elevação dos níveis de escolarização da população adulta.

Esta lógica de intervenção centra-se no desenvolvimento de novas competências na população de forma a promover o incremento da empregabilidade e a sua qualidade.

Através deste Eixo, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Planear, organizar e implementar dois ateliers ocupacionais;
- Constituir uma equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores;
- Constituir o Clube de Empresários;
- Criar uma Bolsa Social de Emprego;
- Elaborar o Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação;
- Elaborar o Plano de Formação Integrado Concelhio;
- Elaborar um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades para a integração da população alvo.

Eixo III - Capacitação Institucional

Na actual conjuntura da vida nacional, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) aparecem numa lógica intermédia entre o sector público e o sector privado fomentando cada vez mais a

partilha de tarefas com a família, e fazendo um enquadramento humano alternativo às pessoas desfavorecidas.

Pelos fins que prosseguem, o Estado reconhece as iniciativas das IPSS e legitima o seu contributo para a prossecução dos fins de segurança social, garantindo o direito às instituições de fundos públicos através dos designados acordos de cooperação.

Os serviços prestados pelas IPSS às famílias e aos grupos sociais mais desfavorecidos são cada vez mais complexos, os indivíduos estão cada vez mais conhecedores dos seus direitos de cidadania. Num quadro de mudanças rápidas que caracterizam a nossa sociedade as IPSS confrontam-se actualmente com novas exigências.

Os desafios que se colocam às IPSS passam pela adopção de modelos de gestão e organização modernos adaptando-se às novas condições socioeconómicas de modo a gerirem bem todos os recursos de que dispõem: humanos, financeiros e físicos. Torna-se necessário que do ponto de vista organizativo estas instituições se profissionalizem e certifiquem os seus serviços, ultrapassando a mera política assistencialista e de simples voluntariado e que se comecem a contratar técnicos especializados nas diversas áreas de actuação que acabam por funcionar não só como um suporte técnico, como também como uma segurança e credibilidade para as instituições.

Convém, no entanto, esclarecer que uma gestão profissionalizada das IPSS não significa de todo uma filosofia desprovida de carácter social, significa sim uma gestão racional com repercussões positivas ao nível da autoprodução de recursos a favor da instituição e de todos os cidadãos que beneficiam dos seus serviços.

Por outro lado, na actual conjuntura as IPSS têm necessidade de se capacitarem e enfrentarem o mercado de forma a gerarem mais valias, para assim prosseguirem os fins sociais no combate à pobreza e à exclusão a que se propõem, de forma a garantir a autonomia da sustentabilidade das suas actividades.

Este Eixo de Intervenção visa:

- Implementar o sistema de gestão da qualidade nas IPSS;
- Elaborar candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES/MTSS);
- Elaborar a Carta Social de localização de equipamentos;
- Criar respostas atípicas para vulnerabilidades sociais específicas;
- Implementar a rede de transporte social;
- Implementar a Unidade Social de Emergência.

Eixo IV - Serviços de Apoio à Família

A base de todo o projecto é o envolvimento das entidades e das parcerias estabelecidas e contratualizadas, que visa uma actuação concertada na prevenção e solução de problemas sociais das

famílias. Assim, a partilha de iniciativas e a rentabilização dos recursos são as melhores estratégias para a identificação dos problemas e para a sua resolução de uma forma integrada.

Pretende-se assim que as parcerias funcionem de uma forma simples e desburocratizada, facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

Com este Eixo de Intervenção, pretende-se:

- Criar respostas de qualificação habitacional;
- Implementar respostas de realojamento habitacional;
- Implementar um Plano Integrado de Oferta de Ocupação de Tempos Livres/família.

Eixo V - Centro de Recursos

O Centro de Recursos tem como objectivo apoiar as famílias e os cidadãos do concelho de Esposende para um melhor desempenho do seu papel, assim como dotar a população adulta de competências pessoais e sociais, promovendo a sua autonomização.

Com este objectivo criam-se condições estruturais para fortalecer as competências pessoais e sociais, reconhecendo-as como elemento fundamental da sociedade, nomeadamente no desenvolvimento e qualificação de intervenções centradas a nível preventivo e reactivo de exclusão social, dirigidas prioritariamente à população em situação de desfavorecimento social, com vista à melhoria das suas condições de vida e visam prosseguir o objectivo de integração e da coesão social.

Trata-se de um projecto de intervenção, que assenta numa lógica integrada e participativa, enquanto processo que se orienta para a criação de condições que favoreçam o aumento das competências e o acesso à informação e a serviços de suporte, com vista ao desenvolvimento social e económico da comunidade.

Através deste Eixo de Intervenção, pretende-se concretizar as seguintes acções:

- Criar o Centro de Recursos para a intervenção familiar/estrutura física, equipamentos;
- Implementar os serviços disponibilizados, no âmbito do Centro de Recursos (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; Apoio jurídico; Educação Parental; Rede de Voluntariado Social; Loja do Cidadão).

3. Planeamento Estratégico

Conforme foi referenciado na parte II da Estratégia, o desenvolvimento do Plano Nacional de Acção Para a Inclusão (PNAI) permitirá articular as políticas pertinentes e os actores responsáveis na concretização das três prioridades estratégicas, tendo bem presentes os Objectivos Comuns definidos ao

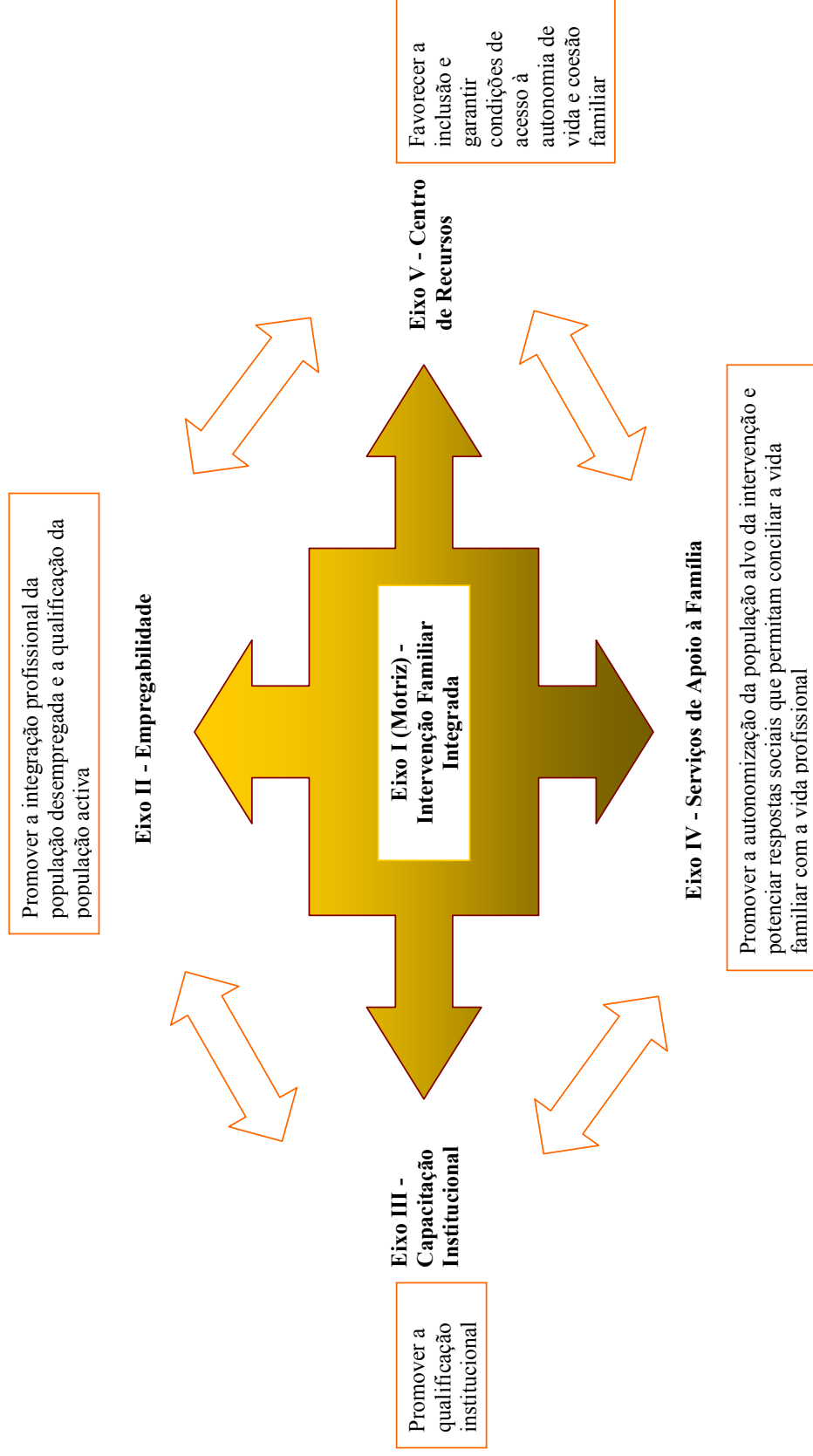
nível da União Europeia, que visam produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social.

Com o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social espera-se poder alcançar não só um padrão de intervenções pautadas pelo efectivo impacte na qualidade de vida das pessoas, seus contextos de vida e da sociedade em geral, mas com base na experiência a desenvolver, será também possível fazer repercutir e generalizar o que de mais adequado e bem sucedido se vier a configurar.

Estas políticas sociais manifestam-se em cada território e na sua população, em particular, na que se encontra em situação de exclusão.

Seguidamente apresenta-se um gráfico com as interconexões entre os eixos do Plano de Desenvolvimento Social, e a apresentação da planificação estratégica para cada eixo.

INTERCONEXÕES ENTRE EIXOS



Planificação/Objectivos estratégicos

Eixos	Eixo I - Intervenção Familiar Integrada	Eixo II - Empregabilidade	Eixo III - Capacitação Institucional	Eixo IV - Serviços de Apoio à Família	Eixo V - Centro de Recursos
Objectivos estratégicos	E1/01 - Até final 2013, o concelho tem em funcionamento uma equipa integrada de intervenção familiar, a activar as competências das famílias alvo de intervenção	E2/01 - Potenciar a autonomização das pessoas em situação de desemprego, fazendo com que, até 2013, 15% de desempregados gerem rendimentos próprios, resultantes do seu desempenho profissional	E3/01 - Garantir, até final de 2013, que 80% das IPSS estejam qualificadas a nível da intervenção social para concretizar a autonomia.	E4/01 - Garantir, até final de 2013, que 60% das famílias sinalizadas na intervenção social tenham os suportes familiares que permitam a sua autonomização e funcionalidade	E5/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 100% das famílias alvo de intervenção têm acesso a um Centro de Recursos para favorecer a sua inclusão e garantir condições de acesso à autonomia de vida
		E2/02 - Promover a qualificação de 5% de adultos activos e de 20% da população desempregada, até final de 2013.	E3/02 - Até 31 de Dezembro de 2013, a população dispõe de mecanismos de apoio na conciliação da vida familiar com o trabalho e a melhoria das condições de empregabilidade		

Planificação/metasp e indicadores dos objectivos estratégicos

Objectivos Estratégicos	Metas anuais	Indicadores
E1/01 - Até final 2013, o concelho tem em funcionamento uma equipa integrada de intervenção familiar, a activar as competências das famílias alvo de intervenção	- 150 famílias com processos familiares sistematizados e planeados de acordo com normas técnicas - 150 processos avaliados com indicações de plano de intervenção e nomeação do coordenador do processo - 6 instituições com procedimentos uniformizados e sistematizados - 8 técnicos com competências certificadas - Plataforma de informação partilhada on-line	- Nº de famílias com processos familiares sistematizados e planeados - Nº de técnicos certificados - Nº de instituições com procedimentos uniformizados e sistematizados - Duração média da intervenção no processo familiar - Nº de processos por técnico - Nº de acções de intervenção familiar integradas e articuladas
E2/01 - Potenciar a autonomização das pessoas em situação de desemprego, fazendo com que, até 2013, 15% de desempregados gerem rendimentos próprios, resultantes do seu desempenho profissional	- 80 desempregados com inserção profissional definida - 15 desempregados estão integrados em atelier ocupacional - 35 ofertas de emprego na Bolsa de Emprego do Clube de Empresários - 15 famílias com resposta no rendimento do plano de intervenção familiar - 25 empresários têm apoio técnico	- Nº de desempregados inseridos - Nº de desempregados integrados em atelier ocupacional - Nº ofertas de emprego na Bolsa de Emprego do Clube de Empresários - Nº de famílias com resposta no rendimento do plano de intervenção familiar - Duração média da inserção profissional a partir do processo familiar - Nº de processos familiares resolvidos com a inserção profissional
E2/02 - Promover a qualificação de 5% de adultos activos e de 20% da população desempregada,, até final de 2013	- 150 adultos aumentam as suas qualificações - Protocolo de cooperação com o C.N.O.	- Nº de activos certificado - Nº de activos com dupla certificação

Planificação/metasp e indicadores dos objectivos estratégicos (continuação)

Objectivos Gerais	Metas anuais	Indicadores
E3/01 - Garantir, até final de 2013, que 80% das IPSS estejam qualificadas a nível da intervenção social para concretizar a autonomia	- 3 entidades certificadas - 8 auditorias realizadas - 15 técnicos com formação na área da qualidade	- N° de IPSS certificadas - N° de trabalhadores com qualificação na área da qualidade - N° de respostas sociais certificadas
E3/02 - Até 31 de Dezembro de 2013, a população dispõe de mecanismos de apoio na conciliação da vida familiar com o trabalho e a melhoria das condições de empregabilidade	- 1 nova resposta institucional - 5 novos lugares criados nas valências lar/serviço de apoio domiciliário - 80% das necessidades diagnosticadas de transportes das famílias está satisfeita	- Novas respostas sociais - Número de lugares criado, por valência - N° de viaturas para o transporte social - N° de entidades contratualizadas a nível dos transportes - N° de pessoas transportadas
E4/01 - Garantir, até final de 2013, que 60% das famílias sinalizadas na intervenção social tenham os suportes familiares que permitam a sua autonomização e funcionalidade	- 4 habitações recuperadas, com nível satisfatório de habitabilidade - 80% das famílias com apoio de suporte a nível da conciliação da vida familiar com a vida profissional - 60% das necessidades diagnosticadas de ocupação de tempos livres está diagnosticada	- N° de participantes integrados em actividades de tempos livres - N° de instituições que estão integradas no plano integrado de oferta de tempos livres - N° de habitações recuperadas
E5/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 100% das famílias alvo de intervenção têm acesso a um Centro de Recursos para favorecer a sua inclusão e garantir condições de acesso à autonomia de vida	- 1 Centro de Recursos com serviços de apoio à família - 1 Banco de Voluntariado Familiar - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes - 1 Loja do Cidadão - Observatório Social	- N° de pessoas integradas - N° de acções de formação - N° de instituições envolvidas - N° de voluntários - N° de imigrantes atendido - N° de pessoas atendidas/Problema

EIXO I – INTERVENÇÃO FAMILIAR INTEGRADA

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Acções
E1/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, o concelho dispõe de uma equipa de intervenção familiar integrada a trabalhar em rede e a utilizar metodologias de intervenção em parceria	E1/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2008, está criada uma equipa multidisciplinar para a intervenção directa no meio natural de vida da família	15 Sessões de avaliação técnica	Nº de sessões Nº de técnicos	E1/01.1./A1 - Constituir a equipa multidisciplinar E1/01.1./A2 - Realizar acções de formação para a qualificação dos técnicos em metodologias de intervenção familiar E1/01.1./A3 - Elaborar o documento/Protocolo de compromisso/Regulamento com as entidades E1/01.1./A4 - Criar a plataforma digital social de informação e comunicação

EIXO II – EMPREGABILIDADE

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Ações
E2/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 15%* dos desempregados geram rendimentos próprios resultantes do seu desempenho profissional (*130 do total de 862)	E2/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2011 estão integrados em actividades ocupacionais/trabalho comunitário, 30%* DLD e 30%** RSI, com idades entre 25-54 anos (*127 do total de 424, ** 29 do total de 96)	- 15 DLD e 20 RSI têm protocolo de colaboração - 1 monitor contratado - 7 empresas colaboradoras	- Nº de ateliers criado - Nº de contratações - Avaliação das instituições	E2/01.1./A1 - Planear, organizar e implementar dois ateliers ocupacionais
	E2/01.2. - Até 31 de Dezembro de 2012, 10%* dos desempregados estão integrados no mercado de trabalho (*86 do total de 862)	- 10 pessoas inseridas no mercado de trabalho	- Tipo de contrato	E2/01.2./A1 - Constituir uma equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores
	E2/01.3. - Até 31 de Dezembro de 2009 está criado um Clube de Empresários, constituído por um mínimo de 5%* de empresários associados à ACICE (*25 empresas, do total de 500 empresas associadas)	- Estão elaborados os estatutos, o Regulamento	- Nº de associados por sector de actividade	E2/01.3/A1 – Constituir o Clube de Empresários E2/01.3./A2 - Criar uma Bolsa Social de Emprego

EIXO II – EMPREGABILIDADE (Continuação)

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Meta	Indicadores	Ações
E2/02 - Até 31 de Dezembro de 2013, 5%* da população adulta activa e 20%** da população desempregada está qualificada (*816 adultos, do total de 16.324 – população economicamente activa; **172 do total de 862 desempregados)	E2/02.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, as entidades formadoras, Agrupamentos e Escola Secundária organizam e articulam diversas acções de formação, dirigidas aos diversos públicos	- 100 adultos/ano qualificados	- Diagnóstico de Necessidades de Formação - Plano de Formação Integrado	E2/02.1./A1 – Elaborar o Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação E2/02.1./A2 - Elaborar o Plano de Formação Integrado Concelhio
	E2/02.2. - Até 31 de Dezembro de 2012 estão integrados 20% dos desempregados e 5% da população activa está integrada em acções de formação	- 30 pessoas frequentam cursos de formação - 30 pessoas em processos de RVCC	- Nº de pessoas que concluíram a formação e o processo RVCC	E2/02.2./A1 – Elaborar um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades para a integração da população alvo

EIXO III – CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Ações
E3/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% das IPSS estão qualificadas (14IPSS)	E3/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% das IPSS concelhias estão certificadas	- 3 entidades certificadas, por ano; - 8 auditorias realizadas; - 15 técnicos com formação na área da qualidade	- nº de IPSS - nº de trabalhadores - nº de respostas sociais	E3/01.1./A1 – Implementar o sistema de gestão da qualidade nas IPSS
E3/02 - Até 31 de Dezembro de 2013, a população dispõe de mecanismos de apoio na conciliação da vida familiar com o trabalho, e dessa forma, a melhoria das condições de empregabilidade	E3/02.1. - Alargar, entre 2008 e 2013, as respostas de serviços de apoio aos idosos, tendo por referência um aumento de 20% [nº de lugares em lares: 148; lista de espera: 47; nº de lugares Serviço de Apoio Domiciliário: 125; lugares a criar: 30 Lar, 25 SAD]	- 5 novos lugares/Lar/ano - 3 novos lugares SAD/ano - Carta Social	- Número de lugares criado, por valência - Carta Social	E3/02.1./A1 - Candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES E3/02.1./A2 – Elaborar a Carta Social de localização de equipamentos E3/02.1./A3 – Criar respostas atípicas para vulnerabilidades sociais específicas
	E3/02.2. - Até 31 de Dezembro de 2010 está em funcionamento uma rede transportes articulada	- 100% das entidades integram um plano articulado de utilização dos transportes; - 80% das necessidades de transportes das famílias está satisfeita; - 100% das entidades envolvidas tem os custos de utilização assegurados; - 100% das famílias com necessidades de transportes diagnosticadas - 80% das necessidades diagnosticadas está satisfeita	- Nº de entidades contratualizadas; - Nº de viagens realizadas; - Nº de veículos envolvidos; - Nº de pessoas transportadas; - Nº de entidades com acesso ao financiamento; - Vol. Financeiro mobilizado - Nº de crianças, jovens, adultos e idosos acolhidos	E3/02.2./A1 – Implementar a rede de transporte social
	E3/02.3. - Até 31 de Dezembro de 2010 está em funcionamento uma Unidade Social Emergência			E3/02.3/A1 – Implementar a Unidade Social de Emergência

EIXO IV – SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Meta	Indicadores	Ações
E4/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 60% das famílias sinalizadas na intervenção social têm os suportes familiares que permitem a sua autonomização e funcionalidade (por referência ao RSI: 67 famílias, do total de 111)	E4/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, 60% das famílias sinalizadas no levantamento do parque habitacional degradado vivem em melhores condições de habitabilidade (28 habitações, do total de 47)	- 4 habitações intervencionadas anualmente	- N.º de habitações recuperadas - N.º de habitações com nível de satisfatório de habitabilidade - N.º acções desenvolvidas - N.º famílias/n.º elementos envolvidos	E4/01.1./A1 – Criar respostas de qualificação habitacional
	E4/01.2. - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% da população com necessidades de habitação, está realojada	- 10 famílias realojadas anualmente	- N.º de habitações - N.º de famílias/indivíduos realojados	E4/01.2./A1 – Implementar respostas de realojamento habitacional
	E4/01.3. - Até 31 de Dezembro de 2009, está em funcionamento um plano integrado de oferta de ocupação de tempos livres	- 100% dos Serviços/IPSS integram um plano integrado de oferta de ocupação e tempos livres. - 60% das necessidades diagnosticadas de ocupação e tempos livres está assegurada.	- N.º de participantes envolvidos - N.º de acções desenvolvidas - N.º de instituições envolvidas	E4/01.3./A1 – Implementar um Plano Integrado de Oferta de Ocupação de Tempos Livres/família

EIXO V - CENTRO DE RECURSOS

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Meta	Indicadores	Ações
E5/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 100% das famílias alvo de intervenção têm acesso a um Centro de Recursos para favorecer a sua inclusão e garantir condições de acesso à autonomia de vida	E5/01.1. - Até 31.12.2012, está criado o Centro de Recursos para a intervenção familiar com um plano de intervenção integrado	Centro de Recursos	Equipamento	E5/01.1./A1 – Criar o Centro de Recursos para a intervenção familiar – estrutura física, equipamentos
		80 famílias/ano	- Nº de famílias/pessoas atendidas - nº de técnicos - Nº de acções realizadas	E5/01.1./A2 – Implementar os serviços disponibilizados, no âmbito do Centro de Recursos

Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros

O modelo de articulação e cooperação estipula o dispositivo para a operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social.

O Núcleo Executivo da Rede Social é o grupo técnico dinamizador da Rede Social e tem por objecto a dinamização desta parceria alargada, através da formação, da aprendizagem e do acompanhamento das diversas funções e competências mobilizadas na Rede Social, bem como a sua monitorização (Artigo 19º do Regulamento Interno do CLAS).

Deste modo, o Núcleo Executivo do CLAS deverá desempenhar um papel central na monitorização do PDS. Caberá, assim, ao Núcleo Executivo:

- Manter a coesão interna do Plano de Desenvolvimento Social;
- Verificar a implementação das acções;
- Promover uma articulação entre os vários eixos de intervenção e as acções;
- Dar visibilidade à forma como o PDS está a ser concretizado;
- Analisar os relatórios de acompanhamento e avaliação para serem submetidos ao CLAS;
- Replanear as estratégias quando se verificarem constrangimentos para a sua prossecução.

Trabalhar em rede implica a definição de espaços e momentos de encontro e de articulação entre as diferentes entidades, por forma a promover a coordenação das intervenções, potenciar a cooperação inter-sectorial, procurar soluções em conjunto e potenciar os recursos locais e institucionais.

O Plano de Desenvolvimento Social integra assim um Modelo de Articulação e de Integração, definido como um ponto de encontro dos agentes sociais, prevendo a realização de acções específicas quer ao nível da articulação, quer ao nível da integração.

Mecanismos de articulação

As acções de articulação têm como objectivos:

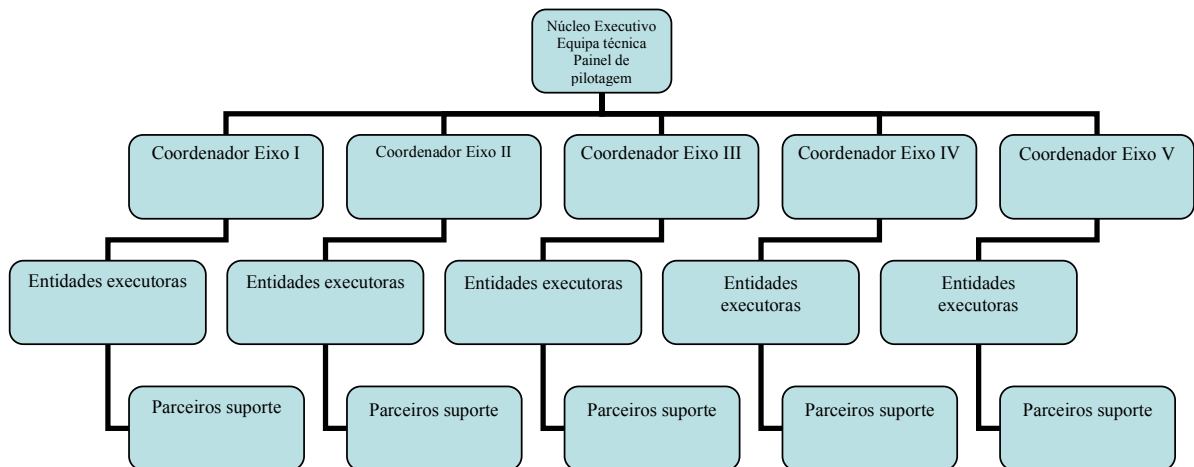
- Definir abordagens integradas e estruturantes da realidade social e da possível intervenção nesta;
- Partilhar informação sobre as actividades, medidas e projectos que operam no local, principalmente das entidades que intervêm no mesmo domínio;
- Entrecruzar iniciativas em áreas de actuação comuns, com vista à rentabilização dos meios;

- Evitar a sobreposição dos serviços, das competências e funções dos técnicos;
- Procurar um modelo de intervenção que defina claramente, cada vez mais, as funções de cada serviço (tendo em vista a especialização), principalmente dos que dão apoio aos mesmos beneficiários;
- Planear, implementar e avaliar as intervenções, em conjunto.

Metodologia de articulação

- O Núcleo Executivo é o grupo de controle e de monitorização do Projecto.
- Ao painel de pilotagem do PDS compete supervisionar e reflectir sobre as metodologias de avaliação, concepção, planeamento e implementação do Projecto. Este painel será constituído por entidades a designar.
- Cada Eixo Estratégico do PDS terá um coordenador.
- A Equipa Técnica, pode ser activada pelo Núcleo Executivo, para produzir e sistematizar informação e conhecimento de apoio às actividades de avaliação e planeamento do Projecto.
- Compete à equipa técnica acompanhar todas as fases de execução das acções.
- As instituições deverão contratualizar um Protocolo de Parceria, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, com as actividades que se comprometem a desenvolver, o interlocutor técnico para o PDS e os recursos disponibilizados.
- Para assegurar a articulação do PDS com os Planos de Acção anuais, o Núcleo Executivo pode reunir os diversos interlocutores técnicos das instituições e fomentar momentos de partilha de informação e de reflexão sobre a acção.

Organograma de articulação



Os Eixos estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social e a Exclusão Social têm como actividade comum a elaboração de um Protocolo de Parceria, a anexar a cada um dos Eixos, cujos parceiros se comprometem na execução das actividades/acções delineadas nos respectivos planos de acção.

Articulação Inter – Serviços de Acção Social

No âmbito do primeiro Eixo de Intervenção Familiar Integrada serão realizadas reuniões periódicas, a definir, para o planeamento e avaliação da intervenção social, com articulação entre os técnicos que estão na intervenção social directa, nomeadamente:

- Câmara Municipal de Esposende;
- Comissão Local de Acompanhamento/Núcleo Local de Inserção;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;
- Conselho Local de Acção Social/Núcleo Executivo;
- Segurança Social;
- Serviços de Atendimento de Acção Social.

Resultados:

- Aumento dos recursos disponíveis;
- Racionalização e optimização de meios;
- Transversalidade estratégica;
- Qualidade dos projectos e candidaturas;

- Nível de articulação e complementaridade;
- Integração das intervenções;
- Projectos estruturantes;
- Abordagem sistémica da intervenção;
- Coerência global da intervenção;
- Suportes e linguagens comuns na abordagem dos problemas.

Entidade Promotora:

- Núcleo Executivo da Rede Social;
- Câmara Municipal de Esposende.

Periodicidade:

- A definir.

Metodologia:

- Constituição de um núcleo técnico que inclui técnicos com intervenção social directa;
- Preparação de propostas de acção e diagnóstico conjunto;
- Planeamento e avaliação da acção a partir das propostas técnicas.

Articulação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) concelhias

- Reunião com periodicidade a definir, dos Técnicos Superiores das IPSS do concelho.

Resultados:

- Articulação das actividades das instituições;
- Informação estratégica partilhada;
- Planos de actividades partilhados participados.

Entidade Promotora:

- A designar

Periodicidade:

- A definir

Metodologia:

- Constituição de um núcleo técnico preparatório;
- Avaliação das respostas prestadas;
- Workshops das IPSS para apreciação e validação das propostas e recomendações.

Monitorização, Acompanhamento e Avaliação

“Pensar uma intervenção eficaz e esclarecida no/para o Desenvolvimento Local passa por conceber e implementar procedimentos de avaliação que se traduzam não só num balanço da acção desenvolvida, mas se transformem igualmente num processo colectivo de aprendizagem contínua e na procura de uma optimização quantitativa e qualitativa das intervenções.”

(Monteiro, 1996:139)

A Rede Social do concelho de Esposende com base em metodologias participativas mobilizou um conjunto de parceiros e instituições que convergiram na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, que se pretende que institua uma prática integrada e participada de planeamento. Esta intenção só será viável se após a fase de planeamento se mantiver uma implicação dos parceiros no processo de implementação do PDS, pela participação no processo de execução e de avaliação.

O Plano de Desenvolvimento Social funciona como o instrumento de trabalho que direcciona estrategicamente a intervenção e a sua implementação pressupõe um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação. Este dispositivo tem o objectivo de dinamizar a execução do plano, de o adaptar às novas realidades institucionais e de implicar de maneira activa os parceiros, corresponsabilizando-os nas actividades a executar e nas decisões sobre a implementação e avaliação do plano.

Desta forma, é necessário um esforço de acompanhamento próximo e constante. A organização do PDS em cinco eixos possibilita uma prática de avaliação contínua e muito próxima da implementação que sirva de factor corrector e orientador ou mesmo transformador dos próprios projectos e intervenções nele contidas.

Este acompanhamento e avaliação exige disponibilidade técnica e um plano de trabalho definido e contratualizado entre os parceiros para a sua implementação responsabilizando-os nas actividades a executar e nas decisões sobre a implementação e avaliação.

A avaliação da rede social é fundamental para gerar a capacidade de activação da rede como mecanismo de orientação da intervenção social do concelho replaneando as intervenções, direccionando-as para novas necessidades e objectivos.

O Plano de Desenvolvimento Social implica processos activos de controlo e qualificação focalizando os parceiros num instrumento comum de trabalho que sirva de fio

condutor à intervenção em rede. Este processo de acompanhamento, monitorização, avaliação e gestão pressupõe a identificação de recursos técnicos especializados entre os parceiros, a sua disponibilização nos momentos chave de decisão e um conjunto de processos técnicos padronizados.

O desenvolvimento das organizações do concelho é um dos factores essenciais da rede social e dos processos de desenvolvimento social, de modo a potenciar perspectivas inovadoras, novos modelos de intervenção e capacitação técnica. A avaliação deve orientar-se para identificar e objectivar oportunidades de desenvolvimento organizacional e institucional. Funciona como processo de aprendizagem e incorporação do conhecimento produzido na intervenção qualificando as organizações e os interventores do concelho.

É fundamental o apoio metodológico da avaliação na sistematização das práticas e sua estruturação orientada para identificar resultados, impactos e efeitos reconhecíveis.

A avaliação permite uma consciência pelas organizações das potencialidades e constrangimentos das respostas implementadas e da dimensão de inovação necessária.

Também o carácter fortemente experimental das actividades a desenvolver no âmbito dos Eixos implica uma prática de avaliação incorporada na lógica de implementação do Plano de Desenvolvimento Social que sirva de factor corrector reorientador ou mesmo transformador das práticas. A dimensão prática e metodológica da avaliação é fundamental para a construção do dispositivo documental e instrumental sobre a qual se possam processar as reflexões, as aprendizagens, identificação de resultados, efeitos e impactos.

A avaliação procura capacitar as organizações parceiras de instrumentos de integração e adaptação de modo a evitar intervenções dispersivas e sem impacto no território. As oportunidades geradas pela rede social de integração de novos projectos e intervenções apela para a capacidade de explorar e potenciar as intervenções já existentes e evitar as sobreposições criando complementaridades e sinergias.

O concelho de Esposende através da avaliação do Plano de Desenvolvimento Social pode desenvolver um conjunto de competências de avaliação nas suas instituições que institua uma cultura concelhia de avaliação decisiva na qualidade e eficiência da intervenção e desenvolvimento social do seu território.

A avaliação do Plano de Desenvolvimento Social decorrerá de acordo com o modelo de Avaliação em Rede Organizacional (ARO) em seguida explicitado:

Avaliação em Redes Organizacionais – ARO

Modelo de Avaliação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, no âmbito da Rede Social

Avaliação no contexto de intervenção em rede

A intervenção social em rede é um espaço de interacção pouco regulado e direccionado onde os parceiros estabelecem os seus objectivos num ambiente negocial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais.

Tipologia de Avaliação

O modelo de avaliação da rede organizacional é a avaliação participativa – processo de auto avaliação apoiado e orientado metodologicamente. Pretende-se a mobilização activa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros. As tarefas da avaliação devem ser organizadas e distribuídas por todos os patamares da rede com a aplicação de instrumentos e suportes técnicos adequados à sua especificidade.

Enquadramento temporal da Avaliação

A avaliação do Plano de Desenvolvimento Social deve ser

Contínua - baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objectivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades.

Intermédia - centrada no ciclo dos projectos estruturantes ou de momentos significativos no processo de construção da rede, tendo o objectivo de reenquadrar a intervenção e replanear a intervenção em rede.

Final - no término da vigência do Plano de Desenvolvimento Social deve ser efectuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respectivos impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

Participantes

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede implicados directamente no Plano de Desenvolvimento Social de modo a gerar consensos sobre as

aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a acção e para a mudança. A avaliação deve ser conduzida pelo núcleo executivo da rede e operacionalizada por essa estrutura, em articulação com os coordenadores de cada Eixo estruturante do Projecto, na posição de suporte metodológico. As modalidades de participação dos parceiros na avaliação devem ser definidas a partir do seu enquadramento organizacional no PDS: entidades coordenadora, executora ou parceiro suporte do projecto.

Pressupostos organizacionais para a avaliação

- Clima de transparência e partilha de informação;
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação;
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação;
- Integração das actividades da avaliação nos planos de acção das organizações e da rede social;
- Contrato prévio sobre os instrumentos, metodologia e objectivos da avaliação.

Áreas de incidência da avaliação

A avaliação em rede organizacional (ARO) focaliza a sua incidência em três dimensões de análise:

1 - Avaliação da arquitectura organizacional da Rede

Nesta dimensão são considerados os seguintes indicadores chave:

Indicadores inter organizacionais

- Níveis de partilha e acesso a informação relevante;
- Articulação e integração das intervenções;
- Níveis de parceria e contratualização;
- Projectos integrados inter organizações;
- Desenho das parcerias e grupos de organizações;
- Interfaces e interacções organizacionais.

Indicadores de desenvolvimento organizacional

- Capacitação técnica e institucional;
- Níveis de integração técnica e metodológica;
- Níveis de produção e partilha de conhecimento;
- Integração de novos grupos e redes.

2 - Avaliação da intervenção em rede

Nesta dimensão a avaliação é centrada no processo, na intervenção dos parceiros e na execução das actividades previstas mas também na aferição da relevância e pertinência dos objectivos tal como foram traçados no âmbito do PDS.

Indicadores de resultado

(Verificados nas Matrizes de Enquadramento Lógico dos Eixos estruturantes do Plano)

- Respostas, Produtos, Serviços
- Metodologias
- Integração e partilha de recursos
- Qualidade das respostas aos utentes

Indicadores de efeito / das intervenções incluídas no Projecto

- Sustentabilidade
- Qualidade das respostas
- Empowerment
- Igualdade de oportunidades
- Empregabilidade
- Dinâmica empresarial
- Direitos de cidadania
- Inovação social organizacional
- Proximidade e acessibilidade social
- Equidade territorial das respostas sociais

Indicadores de Impacto

- Quadro estatístico do pré diagnóstico/diagnóstico
- Referencial de desenvolvimento social do concelho

3 - Avaliação estratégica

Nesta dimensão a avaliação é centrada na construção e clarificação de orientações estratégicas da intervenção social, na definição e consenso sobre as prioridades emergentes e novas abordagens e redefinição contratual das redes e parcerias de intervenção.

Indicadores estratégicos

- Visão estratégica de desenvolvimento social

- Modelos de intervenção
- Orientações e perspectivas de intervenção
- Opções estratégicas de organização e funcionamento em rede

Plano de Avaliação

Objectivos da avaliação do Plano de Desenvolvimento Social

- alcançados em 2013 com a avaliação final

- 1 Oportunidades de intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas identificadas e operacionalizadas
- 2 Desenvolvimento social do concelho é mensurável
- 3 Organizações incorporam a auto avaliação como prática de parceria
- 5 Competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho
- 6 Rede social faz a avaliação “on going” e final participada da sua intervenção
7. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros

Passo a passo da avaliação em rede organizacional

- 1 Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
- 2 Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;
- 3 Os técnicos responsáveis pela activação da avaliação nas organizações estão identificados e formados;
- 4 Os indicadores de in put e out put estão referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
- 5 O planeamento operacional da avaliação de in put e out put está definido e contratualizado;
- 6 Está definido o modelo de relatório de avaliação;
- 7 O sistema de feed back está definido e contratualizado;
- 8 Os destinatários da avaliação estão identificados.

Metodologia de implementação

- Acompanhamento das reuniões do núcleo executivo, dos grupos por Eixo estruturante e do CLAS
- Acompanhamento e avaliação dos eixos estruturantes do PDS
- Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada
- Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria

- Moderação e facilitação de workshops de avaliação do projectos e intervenções em curso
- Divulgação dos resultados em seminários temáticos
- Avaliação e auto avaliação da participação na rede social
- Apresentação de resultados em CLAS com recomendações activas de melhoria
- Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede
- Avaliação dos resultados do sistema de monitorização
- Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação
- Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho

Responsabilidade técnica

Equipa técnica da avaliação/Núcleo Executivo

Constituição da parceria de suporte

Parceiros que participaram nos workshops do Planeamento

Princípios orientadores da equipa de avaliação/externa

- define os termos de referência da avaliação
- prepara e organiza o processo de avaliação
- assegura a logística da avaliação
- elabora o plano de avaliação (definidas responsabilidades técnicas pelos parceiros)
- assegura a execução do relatório de avaliação

Sistema de feed back

A devolução aos parceiros e organizações é fundamental no sistema de avaliação.

Momentos previstos para a análise e reflexão sobre os resultados da avaliação:

- Núcleo executivo
- Reuniões das equipas de cada Eixo do Plano

Divulgação do Plano de Desenvolvimento Social

O presente documento será divulgado a todas as instituições do concelho e à comunidade em geral, servindo assim, os objectivos da divulgação e da visibilidade.

Pretende-se também com esta acção, chamar a atenção para as questões da pobreza e da exclusão social e para a mobilização e participação de todos, nas intervenções a realizar no concelho.

De salientar que deverá haver uma Contratualização Institucional do PDS, nomeadamente através de:

- Reuniões Sectoriais com Responsáveis Institucionais, para a apresentação e validação do Projecto;
- Compromisso e responsabilização pela Implementação do Projecto.

Plano de Divulgação do Plano de Desenvolvimento Social de Esposende

- Entrega do documento e divulgação ao CLAS;
- Elaboração e divulgação de Notas de Imprensa em Jornal local;
- Sessão Pública de Apresentação do Plano de Desenvolvimento Social;
- Divulgação num site a criar, da Rede Social de Esposende e com possibilidade de download;
- Actualização anual e divulgação do Guia de Recursos para o Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende.

Entidade Responsável

- Núcleo Executivo da Rede Social.

Anexos

Metodologia

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social recorreu-se ao apoio de um consultor externo que orientou a construção do trabalho, tendo um papel fundamental como facilitador dos workshops.

As opções estratégicas da intervenção concelhia foram determinadas para cada eixo estratégico, nos Workshops que contaram com participação das entidades parceiras do Conselho Local de Acção Social, com intervenção social directa. Estes Workshops tiveram como principal objectivo definir de uma forma participada, as linhas orientadoras para o desenvolvimento social de Esposende, aprofundar as prioridades de intervenção, definir as estratégias a implementar, priorizar intervenções, definir as metas a atingir nos diversos eixos e avaliar a sua viabilidade de concretização.

As opções estratégicas foram assim definidas, com base numa análise conjugada dos seguintes factores:

- Os recursos existentes (quer ao nível da comunidade, quer ao nível de possíveis candidaturas a programas e medidas);
- A viabilidade da concretização das acções (a vontade institucional);
- Os critérios de priorização dos problemas.

As Opções Estratégicas foram também tomadas de acordo com os princípios da Rede Social: integração, a articulação, a subsidiariedade, a inovação e a participação de todos os intervenientes.

Os eixos estratégicos pretendem orientar as instituições no desenho das intervenções, fornecer-lhes opções prioritárias coerentemente integradas no conjunto das outras intervenções.

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento social do concelho representam as oportunidades e potencialidades de convergência na intervenção social direccionadas para áreas de optimização e impacto.

Pretende-se definir um conjunto de opções e tipologias de intervenção comuns para o concelho que sejam partilhadas e representem um compromisso institucional contratualizado no Plano de Desenvolvimento Social.

Workshops para o Planeamento Estratégico

- número de workshops: 6 (10.07.07/11.09.07/27.09.07/11.10.07/23.10.07/21.11.07)

- reunião com dirigentes: 23.10.07

Entidades participantes nos Workshops:

Agrupamento de Escolas de Apúlia

Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE)

Associação Cultural, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF)

Associação de Defesa e Desenvolvimento e Promoção do Centro Infantil da Escola António Correia de Oliveira (ASSINJEPE)

Associação Esposende Solidário

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)

Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA)

Câmara Municipal de Esposende

Centro de Formação da Associação de Escolas (CFAE)

Centro de Saúde de Esposende

Centro de Solidariedade Social de Gemeses

Centro Distrital de Segurança Social

Centro Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro

Centro Paroquial e Social de Vila Chã

Centro Social da Juventude Unida de Marinhas (JUM)

Centro Social da Paróquia de Curvos

Centro Social e Cultural de Gandra

Centro Social e Paroquial de Fonte Boa

Centro Social Juventude de Belinho

Centro Social Juventude de Mar

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

Fundação Lar Santo António

Grupo Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA)

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção

Santa Casa da Misericórdia de Fão

Santa Casa da Misericórdia Esposende

Zendensino - Cooperativa de Ensino IPRL

Sistema de monitorização e avaliação - Pannel de Indicadores para avaliação anual do Plano de Desenvolvimento Social

O presente conjunto de indicadores transpostos das metas dos planos nacionais estão relacionados com o quadro de prioridades apresentadas pelo Diagnóstico Social.

Posicionando os valores dos indicadores nacionais e locais face às metas, a actualização destes indicadores irá proporcionar uma estratégia de monitorização dos impactos locais, providenciando meios para próximas actualizações do diagnóstico.

Acresce-se a dificuldade existente na recolha de informação referente a alguns dos indicadores apresentados, por falta de dados estatísticos oficiais e dificuldade na mensuração de alguns indicadores.

Área Intervenção Social – Crianças e Jovens

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Desinstitucionalização de crianças e jovens		17 crianças	25% (2009)*
Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico		100% (2007)	100% (2008)*
Taxa de cobertura da valência creche		43% (2007)	50% (2009)* 35% (2010) **
Taxa cobertura pré-escolar	78%***	70% (2007)	3 anos – 85% (2008)* 4 anos – 85% (2008)* 5 anos – 95% (2008)* 3-5 anos – 90% (2010)** 3-5 anos – 95% (2010)***
Actividades de enriquecimento curricular (1º ciclo do Ensino Básico) - alargamento do horário escolar até às 17:30h		100% (2007)	100% (2008)*
Actividades de enriquecimento curricular (1º ciclo do Ensino Básico) - generalização do inglês e do estudo apoiado no 3º e 4º anos de escolaridade		100% (2007)	100% (2008)* 100% (2009)**

* dados do PNAI

** dados do PNE

*** dados da ENDS

Área Intervenção Social – Pessoas Idosas*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Complemento Solidário para Idosos - CSI (MTSS)		190 idosos (Set. 2007)	
Lares para Idosos e Serviços de Apoio Domiciliário		Tx. Cobertura Lares: 3,7% (148 lugares) Tx. Cobertura SAD: 3,12% (125 lugares) (2007)	Criar 19 000 vagas em Lares para Idosos e Serviços de Apoio Domiciliário, até 2009*
Rede de Cuidados Continuados Integrados - Unidades para a prestação de cuidados de saúde de curta duração		19 camas (2007)	Criar 997 camas até 2008*
Rede de Cuidados Continuados Integrados - Unidades com vista a prestação de cuidados de saúde de média duração e de reabilitação		10 camas (2007)	Criar 1139 camas até 2008*
Rede de Cuidados Continuados Integrados - Unidades para a prestação de serviços de apoio e internamento de longo prazo		-	Criar 2720 camas até 2008*
Rede de Cuidados Continuados Integrados - Unidades de área de dia/promoção da autonomia		-	Criar 814 camas até 2008*
Rede de Cuidados Continuados Integrados - cuidados paliativos		-	Criar 326 camas até 2008*

* dados do PNAI

Área Intervenção Social – Habitação*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Programas de apoio à Construção de Habitação a Custos Controlados – PCHCC			Abranger anualmente, até 2008, 3200 agregados familiares
Programa Especial de Realojamento – PER			Concluir anualmente, até 2008, 3.500 fogos, abrangendo 3 500 agregados familiares
Subsídios de Renda, criados no âmbito do Novo Regime de Arrendamento Urbano – NRAU			Abranger 10 000 arrendatários, até 2008
Porta 65 – Gestão Habitacional e Arrendamento do Parque Público			Apoio no acesso à habitação e melhoria das condições de habitação de 1000 famílias/ano
PROHABITA		71 fogos (2006)	Contratação de 1000 fogos/ano

* dados do PNAI

Área Precariedade Económica*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Percentagem de beneficiários do RSI com Acordo de Inserção	49% (2006)	100% (2007) (111 agregados familiares; 262 beneficiários)	Garantir que 90% dos beneficiários do RSI estabeleçam acordos de inserção, até 2008

* dados do PNAI

Área Deficiência*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Rede de Serviços de informação e mediação para pessoas com deficiências - SIM-PD			Criar e implementar nos 18 Distritos um Serviço de Informação e Mediação, até 2009
Programa de formação Profissional e Emprego de pessoas com deficiência			Promover a integração de 45 864 pessoas com deficiência em acções de formação e integração profissional, até 2008
Modelo Nacional de Intervenção Precoce			- Aumentar, até 2008, em 15% o número de crianças (0 aos 3 anos) a atender no Sistema intervenção precoce, cobrindo cerca de 5 000 crianças - Abranger 150 Concelhos com o Programa integrado de Intervenção Precoce, até 2008
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais			Aumentar o n.º de lugares em equipamentos para pessoas com deficiência: 1850 em 2009

* dados do PNAI

Área Precariedade de Competências*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Programa para a Inclusão e para o Desenvolvimento - PROGRIDE			Desenvolver 73 projectos, até 2008
Contratos de Desenvolvimento Social - CDS			Estabelecer 30 Contratos de Desenvolvimento Social, até 2008

* dados do PNAI

Área Saúde

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Número de toxicodependentes	Estima-se a existência de 70.000 a 100.000 toxicodependentes*	73 **	

* PNS, Vol. II, pág. 82

** Dados fornecidos pelos Centros de Apoio aos Toxicodependentes de Braga e de Viana

Área Emprego

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS	EU 25
	Nacionais	Locais		
Taxa de emprego	67,6% (2005)*	-	70% (2010)*	-
Taxa de desemprego	7,2 (2005)*	4,9 (2001)***	-	9,0%**
Taxa de actividade	72,1 (2003)**	49 (2001)***	-	69,3%**

* dados do PNE, pág.3

** dados do PNPOT, pág. 13

*** Censos 2001

Indicadores demográficos

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		EU 25
	Nacionais	Locais	
Taxa de natalidade	11,0 (2002)*	10,3 (2005)**	10,3*
Taxa de mortalidade	10,2 (2002)*	7,2 (2005)**	9,8*

*dados do PNPOT, pág. 13

** dados do Anuário Estatístico 2005

Área Educação e Formação*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Percursos Curriculares Alternativos			Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória a alunos até aos 15 anos de idade (inclusive) com insucesso escolar repetido ou risco de abandono escolar, até 2008
Iniciativa Novas Oportunidades			Aumentar para 50% as vias profissionalizantes no total de jovens a frequentar cursos de nível secundário
Taxa Saída Antecipada	24,6% (2001)***	39,3% (2001)***	Reduzir a saída escolar precoce das pessoas com 18-24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2010.**
Taxa Abandono Escolar	2,7% (2001)***	3,1% (2001)***	
Nº de activos qualificados por EFA ou RVCC	3.578 (2006/2008)	179 (2007: RVCC)	Qualificar 1 milhão de activos até 2010, dos quais 435 mil até 2008, através de cursos de educação e formação ou do reconhecimento, validação e certificação de competências**

* dados do PNAI

** dados do PNE

*** dados dos Censos 2001

Área Qualificação e Emprego*

INDICADORES	AVALIAÇÃO/DIAGNÓSTICO		METAS
	Nacionais	Locais	
Taxa de emprego			Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010.
% de desempregados de longa duração integrados em medidas (por ano)			Garantir, até 2010, que, anualmente, pelo menos 25% dos desempregados de longa duração deverão participar numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade

* dados do PNE

Fontes Bibliográficas

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE (2003). *Diagnóstico Social do Concelho de Esposende*. Esposende: CME.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE (2004). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende*. Esposende: CME.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE (2006). *Relatório de Avaliação das Comissões Sociais Inter Freguesias. Comissão Social Inter Freguesias Esposende Norte e Comissão Social Inter Freguesias Esposende Sul*, Serviço de Acção Social e Educação. Esposende: CME.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE (2006a). *Relatório de Avaliação Plano de Desenvolvimento Social 2004-2005*, Serviço de Acção Social e Educação. Esposende: CME.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE (2007). *Guia de Recursos. Área da Intervenção Social*, Serviço de Acção Social e Educação. Esposende: CME.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2006). *Norte 2015 – Visão e Estratégia*. Porto.

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE (2006). *Relatório de Actividades*, Esposende.

COMISSÃO EUROPEIA/DIRECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, *Educação e Formação na Europa: sistemas diferentes, objectivos comuns para 2010*. <http://europa.eu.int>

Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo. *Programa Nacional de Acção Para o Crescimento e o Emprego 2005-2008*

FINGER, MATTHIAS (2005). “A Educação de Adultos e o Futuro da Sociedade”, in Rui Canário e Belmiro Cabrito (orgs.), *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.

GABINETE DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO, *Desemprego Registado no Concelho – Estatísticas Mensais*, Instituto do Emprego e Formação Profissional

II Plano Nacional Para a Igualdade 2003-2006

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2005). *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Lisboa: Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP.

INSTITUTO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL (2005). *Avaliação do Programa Rede Social*, Centro de Estudos Territoriais, Lisboa: ISSS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Volume I – Prioridades* (2004). Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Plano Nacional de Saúde 2004-2010 Volume II – Orientações Estratégicas* (2004a). Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2006). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Lisboa: MAOTDR.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2005). *Plano Nacional de Emprego 2005-2008*. Lisboa: MTSS.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006). *Plano Nacional de Acção Para a Inclusão 2006-2008*, Instituto da Segurança Social, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento. Lisboa: MTSS.

MONTEIRO, Alcides (1996). «A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática», in *Sociologia Problemas e Práticas metodologias de avaliação*, n.º22, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Departamento de Sociologia. Lisboa: ISCTE. pp.139/154.

MONTEIRO, Alcides A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.

Plano Tecnológico (2006)

RUIVO, Fernando. (2000). *Poder Local e Exclusão Social*. Quarteto: Coimbra.

SCHIEFER, Ulrich; BAL-DÖBEL, Lucinia; BATISTA, António; NOGUEIRA, João; TEIXEIRA, Paulo (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos. Cascais: Principia.

VALIMAR, COMURB (2005). *Carta Educativa Intermunicipal da Valimar Comurb. ComUrb. Relatório - Vol I - Caracterização Sócio-Económica e Urbanística*.

VALIMAR, COMURB (2005a). *Carta Educativa Intermunicipal da Valimar Comurb. ComUrb. Relatório - Vol II - Caracterização do Sistema de Ensino*.

VALIMAR, COMURB (2006). *Carta Educativa Intermunicipal da Valimar Comurb. ComUrb. Relatório - Vol III - Relatório da Proposta de Carta Educativa*.